

GUIA DE ESTRATÉGIAS PARTICIPATIVAS PARA O TURISMO DE BASE COMUNITÁRIA

CLAUDIO ROBERTO BRAGHINI

TAMIRES COSTA SANTOS

THATIANA CARVALHO SANTOS

CRISTIANE SANTOS PICANÇO



EDITORA
IFS

**GUIA DE ESTRATÉGIAS
PARTICIPATIVAS PARA O TURISMO
DE BASE COMUNITÁRIA**



Ministério da Educação

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Sergipe (IFS)

Presidente da República

Luiz Inácio Lula da Silva

Ministro da Educação

Camilo Sobreira de Santana

Secretário da Educação Profissional e Tecnológica

Getúlio Marques Ferreira

Reitora do IFS

Ruth Sales Gama de Andrade

Claudio Roberto Braghini
Tamires Costa Santos
Thatiana Carvalho Santos
Cristiane Santos Picanço

GUIA DE ESTRATÉGIAS PARTICIPATIVAS PARA O TURISMO DE BASE COMUNITÁRIA



**INSTITUTO
FEDERAL**

Sergipe

Aracaju
2024

Copyright© 2024 - IFS

Todos os direitos reservados para a Editora IFS. Nenhuma parte desse livro pode ser reproduzida ou transformada em nenhuma forma e por nenhum meio mecânico, incluindo fotocópia, gravação ou qualquer sistema de armazenamento de informação, sem autorização expressa dos autores ou do IFS.

Editora-chefe
Kelly Cristina Barbosa

**Planejamento e
Coordenação Gráfica**
Claudio Roberto Braghini
Cristiane Picanço

Revisor
Juliana Cecci Silva

**Projeto Gráfico da Capa
e Diagramação**
Adilma Menezes
Erik Daniel dos Santos
Laura Beatriz de Jesus Passos

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
Sistema de Bibliotecas do IFS

Braghini, Claudio Roberto.

B813g Guia de estratégias participativas para o turismo
de base comunitária / Claudio Roberto Braghini, Cristiane
Santos Picanço, Tamires Costa Santos, Taciana Carvalho
Santos. – Aracaju: EDIFS, 2024.

146 p.; il.

ISBN: 978-85-9591-224-3

1. Estratégia participativa. 2. Gestão de Turismo.
I. Picanço, Cristiane Santos. II. Santos, Tamires Costa. III.
Santos, Taciana Carvalho. IV. Título.

CDU 338.48

Elaborada pela Bibliotecária Kelly Cristina Barbosa CRB 5/1637.

[2024]

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Sergipe (IFS)

Rua Dom José Thomaz, 194 - São José, Aracaju - SE, 49015-090

TEL.: +55 (79) 3711-3146 E-mail: edifs@ifs.edu.br

Impresso no Brasil

Conselho Científico

Aline Ferreira da Silva

Ciências Sociais Aplicadas

Diego Lopes Coriolano

Engenharias

João Batista Barbosa

Ciências Agrárias

Joelson Santos Nascimento

Ciências Humanas

Juliano Silva Lima

Ciências Biológicas

Junior Leal do Prado

Multidisciplinariiedades

Manoela Falcon Gallotti

Linguística, Letras e Artes

Marco Aurélio Pereira Buzinaro

Ciências Exatas e da Terra

Suplentes

Herbet Alves de Oliveira

Engenharias

José Aprígio Carneiro Neto

Multidisciplinariiedades

Márcio Santos Lima

Linguística, Letras e Artes

Simone Vilela Talma

Ciências Agrárias

Tiago Cordeiro de Oliveira

Ciências Exatas e da Terra

Wanusa Campos Centurióm

Ciências Sociais Aplicadas

Editoração

Editora-chefe

Kelly Cristina Barbosa

Coordenadoria Geral da Editora IFS

Daniel Amaro de Almeida

Coordenadoria de Editoração

Célia Aparecida Santos de Araújo

Kaio Victor dos Santos Ribeiro

Coordenadoria de Recursos Editoriais

Hilton Henrique Cruz Santos Pereira

Coordenadoria de Registro e Normatização

Célia Aparecida Santos de Araújo

Kaio Victor dos Santos Ribeiro

Produção Visual

Erik Daniel dos Santos

Laura Beatriz de Jesus Passos

SUMÁRIO

PREFÁCIO	9
DE ONDE VEIO E PARA QUE SERVE ESTE GUIA	11
CONTEXTUALIZANDO O TBC	13
O que é Turismo de Base Comunitária?	13
Princípios do TBC	14
O TBC cabe em qualquer segmento do turismo	16
POR ONDE COMEÇAR?	18
Alinhando expectativas	18
Preparando a execução	21
AS ESTRATÉGIAS PARTICIPATIVAS	27
Mapa falado	27
Caminhada transversal	43
Levantamento rápido de atrativos potenciais para pensar um roteiro turístico local	59
Construção colaborativa de roteiro turístico	75
Simulação de roteiro turístico colaborativo	91
Intercâmbios de Turismo de Base Comunitária do IFS	117
REFERÊNCIAS	135
SOBRE OS AUTORES	143

PREFÁCIO

Ao lermos o livro Guia de Estratégias Participativas para o Turismo de Base Comunitária, vemos que os autores ultrapassam o objetivo de apresentar estratégias participativas para o Turismo de Base Comunitária, desenvolvidas a partir das vivências de pesquisadores, professores e estudantes, vinculados ao Grupo de Pesquisa Turismo, Educação e Cultura do Instituto Federal de Sergipe (GPTEC-IFS). É um verdadeiro convite a prepararmos viagens responsáveis a um Sergipe autêntico, profundo, belo e diverso, onde o Turismo de Base Comunitária é tratado com rigor técnico e científico e muita hospitalidade.

A partir de uma sequência lógica pedagógica que, ao mesmo tempo, aguça os sentidos dos leitores e acolhe as vozes, saberes e fazeres dos comunitários locais e suas singularidades comunitárias, nos faz refletir sobre as atividades de graduação, pós-graduação, ensino, pesquisa, extensão e iniciação científica experimentadas, apresentadas e sugeridas como norteadoras de práticas para os leitores. Ao longo das páginas, entre teorias e práticas, os autores contribuem para a missão do IFS de promover a educação profissional, científica, técnica e tecnológica de qualidade, através da articulação entre ensino, extensão, pesquisa aplicada e inovação para formação integral dos cidadãos envolvidos ou que desejam se envolver com o Turismo de Base Comunitária.

A leitura e o estudo dos quatro capítulos e das seis estratégias participativas relatadas mais do que revelam ferramentas, técnicas e atividades já experimentadas e validadas em comunidades litorâneas e rurais, pois nos dão a dimensão de que em Sergipe temos um cenário promissor de referência em Turismo de Base Comunitária, a partir da convivência harmônica entre academia e comunidades. Por fim, a obra revela uma práxis do grupo de pesquisa GPTEC-IFS, adequada às necessidades de regeneração, responsabilidade e sustentabilidade na qual a atividade turística precisa se pautar a fim de contribuir para um mundo melhor.

ALBERTO VIANA DE CAMPOS FILHO

Pesquisador e educador da área de Turismo de Base Comunitária e integrante da Rede de Turismo Comunitário da Bahia - BATUC, graduado em Turismo e Geografia, mestre em Educação do Campo, doutorando em Difusão do Conhecimento, pesquisador da UFBA e docente externo da Pós-Graduação em Educação do Campo na UNEB. Tem trabalhos aprovados e apresentados sobre TBC em oito países e integra a Rede Internacional de Estudos Críticos de Turismo, Território e Autodeterminação - REESCRITA de pesquisadores em turismo na linha crítica e colabora com o centro de pesquisa independente ALBASUD, de Barcelona.

DE ONDE VEIO E PARA QUE SERVE ESTE GUIA

A **ideia deste Guia é apresentar estratégias participativas para o Turismo de Base Comunitária** desenvolvidas a partir das vivências de pesquisadores, professores e estudantes, vinculados ao Grupo de Pesquisa Turismo, Educação e Cultura do Instituto Federal de Sergipe (GPTEC-IFS) em ações de pesquisa e extensão até 2021. Tais estratégias foram utilizadas em comunidades rurais e/ou litorâneas, na sua maioria no estado de Sergipe.

As estratégias não são ferramentas ou técnicas mágicas, ou seja, não significa que se atribui o sucesso ou insucesso de uma iniciativa de turismo com comunidade a tais instrumentos. Isso é algo mais complexo, que se relaciona a fatores distintos e diversos, como a organização social da comunidade, o investimento no potencial turístico local vinculado ao apoio de agentes da esfera pública e da iniciativa privada, entre outros.

Espera-se que tais estratégias sirvam de **caminhos ou inspirações**, em especial àqueles que não têm experiência em trabalhar com coletivos ou aqueles que já atuam e entendem que esse material possa servir de apoio. São possibilidades para um processo de aprendizagem mútuo para pesquisadores, extensionistas, bem como para pessoas e grupos de uma

comunidade, interessados em turismo a partir de processos de construção coletiva favoráveis à participação.

Para entender melhor a proposta, a sugestão é refletir e se questionar: **como escutar e dar voz às pessoas envolvidas com o Turismo de Base Comunitária a fim de que elas próprias tomem as decisões?**

Neste pensamento, primeiro cabe dizer que **o TBC deve ser compreendido como um processo que se vincula à história do lugar, das pessoas, da coletividade** e, por isso, todo o percurso deve ser conhecido por quem chega à localidade e deseja trabalhar o turismo, mas com o protagonismo da comunidade na prestação dos serviços a serem oferecidos e na própria gestão, conforme a sua escolha.

Em segundo lugar, é **importante compreender o interesse das pessoas em relação ao turismo que se deseja desenvolver ali.**

Então, diante disso, **como as pessoas da comunidade e/ou os parceiros de instituições externas podem auxiliar na construção de um processo participativo para desenvolver o turismo de modo que a comunidade tome as decisões e faça a sua própria gestão?**

Um dos caminhos é o conhecimento e a adoção de **ferramentas, técnicas e atividades já experimentadas e validadas, que indicam alternativas de como fazer**, e é aí que as **estratégias participativas** podem contribuir.

CONTEXTUALIZANDO O TBC

O que é Turismo de Base Comunitária?

Turismo de Base Comunitária (TBC) ou Turismo Comunitário refere-se a uma modalidade do turismo em que a gestão e o protagonismo dos serviços e dos empreendimentos são da própria comunidade.

Implica uma **gestão coletiva do turismo** e, portanto, leva a pensar em diversas formas de organização que sejam capazes de estabelecer uma relação de transparência e de distribuição dos benefícios de modo mais equitativo.

Outra característica marcante das iniciativas de TBC é que o foco das atividades está no cotidiano e na cultura da comunidade. O princípio de valorização da cultura local é uma referência importante para se pensar no que a comunidade irá oferecer aos visitantes. **A troca de saberes é fundamental.**

A ideia é que o turismo agregue valor àquilo que a comunidade já produz e sirva como um **complemento de renda**. A produção agrícola familiar, o extrativismo, a pesca artesanal e o artesanato são exemplos de atividades produtivas que podem ser valorizadas pelo turismo.

Segundo Irving (2009), o TBC deve transcender a ideia de algo para comunidades tradicionais ou para comunidades pobres; deve gerar laços, envolvendo moradores, visitantes e parceiros. Ou seja, implica pensar coletivamente, de forma solidária e colaborativa.

Mesmo que nem toda a comunidade esteja envolvida na gestão do turismo, deve-se lembrar que a visitação se dará principalmente na comunidade, portanto, **deve-se pensar no retorno, no cuidado e nos benefícios à coletividade.**

Princípios do TBC

Os estudiosos e pessoas que se dedicam a construir a ideia de TBC identificaram características comuns em várias das iniciativas, o que se costuma denominar como princípios do TBC.

Estes **servem de referência para um coletivo que esteja desenvolvendo ações na comunidade**, ou que deseja iniciar o TBC. Nesse sentido, os princípios podem norteá-lo como referencial para indicar se estão próximos ou distantes ao que se concebe como TBC, bem como, readequar suas ações.

Alguns dos princípios são:

- protagonismo comunitário na prestação dos serviços e na propriedade dos empreendimentos turísticos;
- organização coletiva para o turismo, tais como o associativismo, o cooperativismo, assim como outras formas de colaboração, que compreendam a busca de

esforços em torno do que é comum, incluindo, eventualmente, parcerias externas.;

- distribuição justa e equitativa dos benefícios advindos do turismo;
- transparência do grupo ou coletivo à frente da organização do turismo;
- valorização do cotidiano e da cultura do lugar, como razão da visitação, pois é o principal diferencial e fator de interesse do visitante. Para tal, atividades devem ser direcionadas para permitir troca ou interação entre visitantes e comunidade;
- ações e recursos para a conservação ambiental, pois os ambientes visitados precisam ser mantidos, especialmente porque são importantes para a própria sobrevivência da comunidade e da sua história.

Observa-se que no TBC o foco é a coletividade ser beneficiada e, ao mesmo tempo, ser protagonista das ações. Para isso, laços se estabelecem nessa coletividade, em razão da centralidade de esforços e ações. **A solidariedade também é algo importante nas comunidades e fortalece o TBC.**

A maioria desses princípios foi identificada a partir de ações motivadas pelo Edital público do Ministério do Turismo (MTur) 01/2008 (Brasil, 2010a). Entretanto, outras instituições ou instâncias de organização selecionaram seus próprios princípios norteadores das ações de TBC.

O Projeto Bagagem, uma organização não governamental (ONG), diante de sua experiência de diálogo e articulação com comunidades, sugeriu nove princípios (Projeto Bagagem, 2010).

A Rede TUCUM, no Ceará, estabeleceu princípios para as comunidades que desejam participar dessa instância coletiva de organização entre eles (Rede Tucum, 2013).

O Instituto Chico Mendes de Biodiversidade e Florestas (ICMBio), que cuida da criação e gestão das unidades de conservação da natureza (UCs) federais, reconhece a importância do TBC em comunidades que vivem dentro ou no entorno de UCs e estabeleceu onze princípios (Brasil, 2019).

Há princípios que são similares entre as instituições e outros que cabem para cada realidade e foco. No caso das áreas protegidas, certamente os princípios vão considerar a conservação ambiental ou a sustentabilidade ambiental como fator de maior relevância. Na Rede Tucum, o foco envolve as normas ou os procedimentos que eles instituíram para pertencer à Rede, e assim por diante.

O TBC cabe em qualquer segmento do turismo

A ideia de segmento turístico foi uma forma de se organizar o turismo no Brasil e em outros países, com vistas ao planejamento do turismo e a uma relação otimizada com o mercado, aliando aquilo que se oferece na localidade (oferta turística) com os interesses dos turistas (demanda turística).

Assim, se reconheceram alguns segmentos, como: Turismo Rural, Ecoturismo, Turismo de Aventura, Turismo Cultural, Turismo de Sol e Praia, Turismo Náutico, entre outros.

Como o TBC se direciona para a gestão coletiva, não importa o segmento turístico escolhido. Logo, pode-se ter iniciativas de Turismo Rural Comunitário, Ecoturismo de Base Comunitária, Turismo Cultural Comunitário, entre outras. Em algumas iniciativas envolvendo territórios indígenas e quilombolas, por exemplo, a tipologia tem sido denominada de Turismo Étnico, dentro do segmento de Turismo Cultural.

É importante distinguir isso: **o TBC pode ser visto como uma modalidade de turismo, dentro de qualquer segmento turístico.** Cabe à comunidade e às parcerias definirem em quais segmentos desejam ou podem atuar.

POR ONDE COMEÇAR?

Alinhando expectativas

Retomando o pensamento de que é **importante compreender o interesse das pessoas em relação ao turismo que se deseja desenvolver**, cabe citar que as expectativas podem ser distintas: ter mais dinheiro, ampliar a renda, ter acesso a mais bens e serviços, ter melhorias individuais e, também, melhorias na comunidade.

Por outro lado, pode haver pessoas que não desejam o turismo porque o associam ao aumento da violência, a uma agitação que incomoda o cotidiano e, até mesmo, ao prejuízo de certas atividades produtivas locais.

Neste sentido, considerando que o turismo ainda não tenha sido coletiva e efetivamente discutido na comunidade, costuma-se dizer que seria interessante um processo de **sensibilização da comunidade ou do coletivo**.

Por isso, muitas pessoas que trabalham como **parceiros de projetos**, como universidades e organizações não governamentais (ONGs) e organizações da sociedade civil (OSCIPs), planejam e realizam a **sensibilização**.

Essa sensibilização visa justamente iniciar um diálogo para se compreender coletivamente o que se deseja, conhecer

um pouco sobre as formas de turismo que possam se adequar ao perfil da comunidade e da localidade e, ainda, provocar reflexão acerca das possibilidades e riscos associados às questões socioeconômicas e ambientais.

Esse esforço coletivo, que compreende o convite a parceiros externos, **só tem sentido se tais parceiros forem legitimados pela comunidade, pois a transparência** é fundamental nesse processo. O que este parceiro está propondo ou de que maneira ele propõe que as coisas aconteçam são informações cruciais para se estabelecer uma **relação de confiança**.

Cabe destacar que **a ação de empreender no turismo é da própria comunidade**, aquilo que se chama motivação endógena. Os parceiros, por sua vez, podem acompanhar, auxiliar, compartilhar dificuldades e soluções para os caminhos que o próprio coletivo escolhe. No caso de parceria com **universidades e institutos, há possibilidades de desenvolvimento de projetos e ações em ensino, pesquisa e extensão, porém, com limitações em suas formas de atuação**, dada à natureza dessas instituições.

No ensino, pode-se visitar uma comunidade para conhecê-la e trocar conhecimento. Quanto às pesquisas, busca-se levantar informações para compreender uma realidade e, se for aplicada, pode haver uma intervenção e interação com a comunidade de forma mais ampla. Na extensão, embora seja comum acontecer a partir da transferência de conhecimentos ou habilidades da instituição de ensino para outros setores da sociedade, as ações promovem interações, visando trocas de saberes e reconstrução de conhecimentos.

Este Guia nasce desta perspectiva, pois retrata as estratégias aplicadas e os resultados das interações promovidas a partir da execução dos projetos.

Resumindo, o coletivo ou a comunidade que deseja organizar-se para prestar serviços de turismo e fazer uma gestão comunitária, pode desenvolver uma sensibilização com os interessados e, se houver parceiros externos, esses precisam ser legitimados. Nesse processo para pensar o turismo, é comum o levantamento de informações, análises e tomadas de decisão. As estratégias participativas podem ser usadas para esses momentos de planejamento e ação.

Os exemplos de estratégias apresentadas neste Guia, fazem parte dos registros e história de atuação do GPTEC-IFS, Grupo de Pesquisa Turismo, Educação e Cultura, mediante projetos de pesquisa e extensão, como foi citado.

Algumas das localidades em que as estratégias foram aplicadas não possuem, necessariamente, iniciativas de TBC em andamento. O que reforça a afirmação de que a ferramenta ou técnica utilizada, mesmo que adequada, não é suficiente para uma iniciativa de TBC se viabilizar.

Pé no chão, respeito aos grupos e comunidades, preparo para escutar e dar voz aos envolvidos.

Preparando a execução

Um caminho para realizar a **sensibilização** é localizar as pessoas-chave das comunidades que participarão da atividade, para um contato inicial e, posteriormente, apoiar a realização de um encontro maior, onde aqueles que fazem parte de ações de TBC na localidade ou que se interessem por elas, possam participar. Muitas vezes esses grupos já possuem suas próprias estratégias efetivas de mobilização, logo, vale consultá-los sobre.

A finalidade do encontro de sensibilização é apresentar uma proposta inicial de condução da atividade ou do projeto e, se for o caso, tirar as dúvidas, incorporar as sugestões, fazer acordos (como, por exemplo, o dia e o horário dos encontros, o número de participantes), trocar números de contatos telefônicos e contas de redes sociais, definir como deve ser o contato entre a equipe que está conduzindo e os participantes, e, por fim, firmar o compromisso de execução da atividade.

Antes de ir para a execução da atividade, a equipe que fará a condução deve se planejar e dividir as tarefas entre si, como, por exemplo: identificar quem vai abrir comunicação com os representantes da comunidade ou liderança do grupo para agendar a sensibilização, considerando, para isso, a escolha de um local adequado, assim como uma data e um horário que garantam a disponibilidade de todos. Ao fazer esse contato, será dialogado com esses representantes a necessidade da mobilização com os demais comunitários

para que um maior quantitativo de pessoas compareça no primeiro encontro. Será preciso também: definir a pessoa que vai reunir os materiais necessários; indicar quem vai registrar as informações no dia da execução das atividades, entre outras ações.

Além dessas, há outras ações que devem compor o planejamento da equipe:

- a) providenciar a descrição da atividade ou o projeto impresso para consulta e, caso seja necessário, deixar uma cópia com os participantes, pelo menos;
- b) providenciar cartolinas e canetas de diferentes cores para registrar as informações (é importante que, durante a atividade, esses materiais fiquem visualmente acessíveis a todos);
- c) lembrar de fazer o registro, em forma digital ou impressa, das atividades desenvolvidas. Isso é algo que deve ser habitual, seja para a memória histórica da comunidade ou para a comprovação das atividades realizadas pelos pesquisadores e extensionistas dos projetos. Lista de presença, por exemplo, é um dos documentos comprobatórios mais importantes;
- d) verificar a necessidade de equipamentos como: projetor, computador, extensão, adaptadores de tomada, celular ou câmera fotográfica;

- e) preparar apontamentos, perguntas ou frases que facilitem o diálogo e a manifestação de falas por parte dos participantes, dado que se trata de estratégias participativas;
- f) elaborar documentos. No caso de projetos de pesquisa ou extensão acadêmica, há uma série de documentos importantes exigidos pelo Comitê de Ética de Pesquisa das instituições, ou outra instância dessa natureza, como forma de salvaguardar os direitos e deveres dos envolvidos nesses projetos, a exemplo de pesquisadores e extensionistas e, em especial, as comunidades. Nesse sentido, citam-se alguns exemplos (Gonçalves; Barros Neto; Azevedo, 2019):

- *carta de anuência* – documento em que um representante legitimado pela comunidade, e/ou representante legal da organização social local, caso essa exista, declara concordar com a presença do pesquisador e o desenvolvimento da pesquisa na localidade;
- *termo de consentimento livre e esclarecido (TCLE)*
 - documento em que a pessoa declara aceitar participar voluntariamente da pesquisa e estar ciente sobre o projeto que será desenvolvido, incluindo seus riscos e benefícios;
- *termo de compromisso e confidencialidade* – documento em que o pesquisador do projeto assume compromissos relacionados ao uso de dados de todos os envolvidos, quanto à sua preservação, sigilo e

privacidade, bem como o retorno social diante dos benefícios resultantes do projeto;

- *termo de autorização de uso de imagem e depoimento*
- documento em que os participantes declaram conhecer e entender do que se trata a pesquisa, bem como de estarem cientes da relevância do uso de sua imagem e/ou depoimento, especificados no Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE);

g) lembrar dos cuidados com a segurança. A qualidade da experiência do visitante depende também do princípio da segurança, quando envolver trilhas em áreas naturais, atividades de aventura, deslocamentos em embarcações, ou quaisquer outras que possam envolver riscos. Sobre essa questão, chama-se a atenção para orientações usuais no Ecoturismo (Brasil, 2010b), e também no Turismo de Aventura, como recomenda a Associação Brasileira das Empresas de Turismo de Aventura por meio de seus manuais (ABETA)¹; entre outras.

¹ Disponível em: <<https://abeta.tur.br/pt/downloads-abeta/>>. Acesso em: 24 maio 2024.

AS ESTRATÉGIAS PARTICIPATIVAS





MAPA FALADO

O QUE É E PARA QUE SERVE?

O mapa falado é uma das ferramentas utilizadas no Diagnóstico Rural Participativo (DRP) e se refere a uma forma de representação gráfica de elementos ou aspectos da realidade a ser conhecida, constituindo-se de desenhos representativos, diagramas visuais e interativos, sendo construída por um grupo em torno de uma discussão.

Entre as características marcantes dessa ferramenta, evidencia-se aquela que possibilita levantar informações a respeito de uma realidade, assim como ter uma visão geral e uma visão espacial sobre a localidade, objeto de reflexão.

Aqui, destaca-se o **mapa falado** na linha de pensamento proposto em “Ferramentas de diálogo” (Faria; Ferreira Neto, 2006).

Em geral, em termos de uso, é **adequado no desenvolvimento de um diagnóstico** sobre a localidade, auxiliando no levantamento de informações e na compreensão de algumas relações existentes entre as pessoas e entre estas e os lugares, que se traduzem como elementos da imaterialidade. **Não é o mapa em si ou sua finalização que é relevante**, e sim, o **processo de construção** que gera interação e uma gama de informações para se conhecer sobre uma determinada

realidade. Nesse caminho, o registro é fundamental e a dinâmica se **sustenta na oralidade das pessoas** que falam sobre o lugar. As perguntas são provocadas e outras surgem durante a construção do mapa.

PONTOS DE ATENÇÃO AO PLANEJAR

Ao planejar a aplicação do mapa, cabe estar atento a alguns aspectos que auxiliam a manutenção da qualidade da experiência aos envolvidos e de um conjunto de informações relevantes para o processo. Os aspectos envolvem a observação do quantitativo de pessoas do grupo, a adequação da escala, a dispersão do grupo, a pressa na realização da atividade e o volume de informação em pouco tempo:

- a) o **quantitativo de pessoas do grupo**, aliado à experiência do mediador e das pessoas de apoio, implica atenção especial para a condução da construção do mapa e a manutenção da participação ativa;
- b) quando o grupo começar a construir o mapa, deve-se observar se a **escala está apropriada** ao detalhamento que se espera. Nesse sentido, cabe aos mediadores perceber se o caminho escolhido pelo grupo vai facilitar ou dificultar a representação necessária de detalhes da localidade e sugerir as adequações;
- c) há que se ter atenção com a **dispersão do grupo**, pois acontece, muitas vezes, de se concentrar em poucos

participantes as tarefas de elaboração do mapa e, com isso, perde-se a ideia da contribuição coletiva;

- d) outra dificuldade está na **pressa de algumas pessoas do grupo** na realização da atividade, ou na ideia de fazer tudo rápido. Sugere-se, nessa situação, que os mediadores estimulem a continuidade do trabalho apontando detalhes que podem ser aprimorados, evitando a superficialidade do resultado e a perda da essência do processo;
- e) por vezes, pode ocorrer um **volume grande de informação em pouco tempo**, dificultando a organização da dinâmica, perdendo-se informação. Quando isso ocorrer, é papel dos mediadores fazer os ajustes e orientar o grupo.

COMO FAZER?

Não há regra sobre por onde começar, mas é importante que se tenha consenso do **que se espera com a atividade e como ela será desenvolvida**.

A aplicação depende de um espaço amplo, condizente com o número de participantes e não há regra para uso de materiais. Quando se utiliza de materiais encontrados no solo para construir o mapa, a exemplo de rochas, gravetos, folhas, dentre outros, é relevante fazer um registro de imagem do resultado obtido para se acessar posteriormente, conforme a necessidade. Em algumas experiências aplicadas, transpõe-se

esse resultado em papel, a fim de materializar um registro gráfico. Muitas vezes, faz-se uso diretamente de desenhos em papel. Importante ter algumas **perguntas-chave** que ajudarão na condução do processo. Outras aparecem conforme os participantes sugerem e inserem as informações no mapa.

A sugestão para a construção do mapa é trabalhar com um **grupo ou vários grupos**, dependendo do número de participantes, e de **mediadores do processo**. Muitas vezes, quem está estimulando a participação, mediando, dialogando, não consegue fazer registros no mesmo momento em que surgem as contribuições das pessoas. Neste caso, é interessante ter pessoas de apoio que possam registrar certas falas e observações advindas das discussões, que muitas vezes não se materializam no mapa.

Ao mediador cabe manter a atenção dos participantes e evitar que apenas uma pessoa se ocupe da construção do mapa. A ideia é justamente **provocar a interação**, a participação de todos.

A finalização do mapa ocorre quando se percebe que foram discutidos e inseridos os elementos suficientes, representados ou coletados durante o processo. Quando esse foi desenvolvido por mais de um grupo, sugere-se um momento de troca, isto é, cada grupo apresenta seus resultados e permite complementos. Ainda, os mapas falados podem ser apresentados e compartilhados com a comunidade em momento distinto, levando o resultado para aqueles que não participaram.

OUTROS ENTENDIMENTOS E USOS

Mapa falado, mapa coletivo e mapa participativo são termos que se relacionam, de certa forma. Há outros tipos de mapas reconhecidos e aplicados em DRP. Por exemplo, EMATER-RS (2009) apresenta um glossário que aponta a construção de mapas e maquetes e, no caso dos mapas, destaca quatro tipos: mapa de recursos naturais, mapa social, mapa da comunidade, mapa de propriedades e mapa fluxo-econômico. Verdejo (2010, p. 27) cita em seu Guia, dentro da “caixa de ferramentas”, os mesmos mapas da EMATER-RS (2009), mas acrescenta dois outros: mapa de situação futura e mapa de migração.

Por vezes, o mapa falado pode ser expresso como um **mapeamento participativo**, entretanto, muitos trabalhos acadêmicos que utilizam esta expressão o tratam como ferramenta para constituir mapeamento georreferenciado sobre temática de interesse junto às comunidades. Dessa maneira, busca-se uma exatidão da localização ou da representação, como, por exemplo, a identificação das áreas de extrativismo de mangaba pelas comunidades de Sergipe.

APLICAÇÃO PELO IFS

São apresentados alguns casos de uso do mapa falado a partir de ações de ensino, projetos de pesquisa e de extensão, principalmente pelo Grupo de Pesquisa Turismo, Educação e Cultura do Instituto Federal de Sergipe (GPTEC-IFS)

- **CASO 1 - Re-Conhecer Pedra-Bonita**

A partir do projeto de extensão **Re-Conhecer Pedra-Bonita**, do Curso Superior de Tecnologia em Gestão de Turismo, e da aproximação com a comunidade da Ilha Mem de Sá, em Itaporanga d'Ajuda, em 2008-2009, gerou-se um artigo que mostra parte dessa experiência (Souza; Braghini; Araújo, 2010). A propósito, Itaporanga significa Pedra Bonita, em Tupi-Guarani.

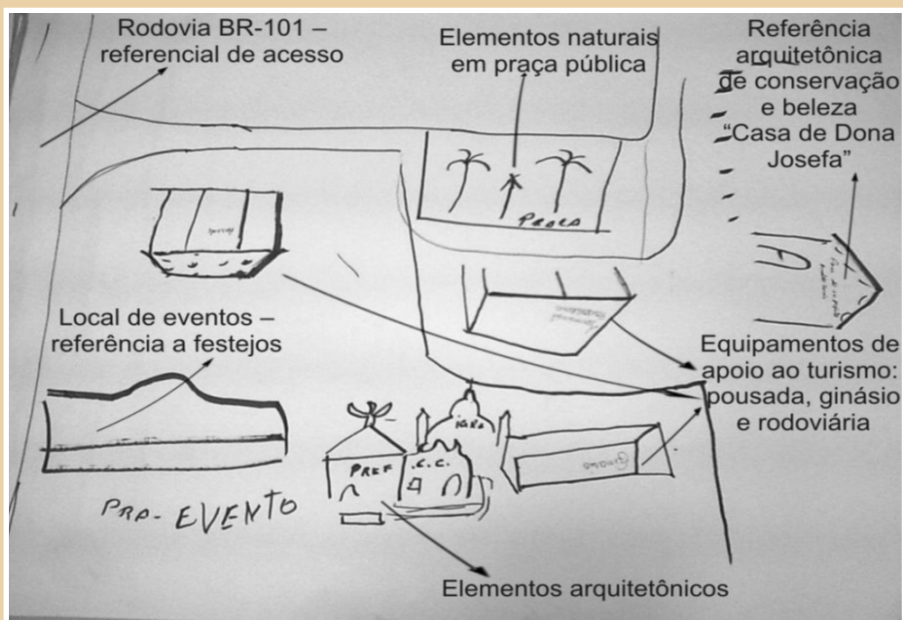
A Ilha Mem de Sá é uma ilha fluvial e dista cerca de 20 km do centro de Itaporanga d'Ajuda. No sentido de provocar uma reflexão sobre o turismo, foram convidados moradores da Ilha para participarem de um roteiro turístico elaborado pelos estudantes de Gestão de Turismo, evidenciando os aspectos históricos e culturais da sede do município, localidade em que aquelas pessoas costumavam comercializar produtos oriundos da agricultura familiar e da pesca, comprar em feiras, acessar as escolas, entre outras atividades. A ideia

era que os moradores da Ilha se comportassem como turistas e pudessem pensar na sua localidade com possibilidades para o turismo.

A equipe do curso de Gestão de Turismo promoveu a construção do mapa falado em papéis, com o uso de pincéis atômicos coloridos e giz de cera. Os participantes foram convidados a reconstruírem graficamente os aspectos da sede de Itaporanga d'Ajuda e, para tal, foram formados dois grupos. Na medida em que os elementos surgiam nos mapas, também apareceram falas que traziam valores, representações imateriais sobre os lugares visitados lembrados pelos participantes. Estes foram registrados e os mediadores estimulavam a explicar melhor os significados em torno do que havia sido dito. Ao final, os grupos apresentaram entre si seus mapas (Figuras 1 e 2), dos quais saíram informações acerca da localidade, tais como: localização, história, usos, saberes e valores.

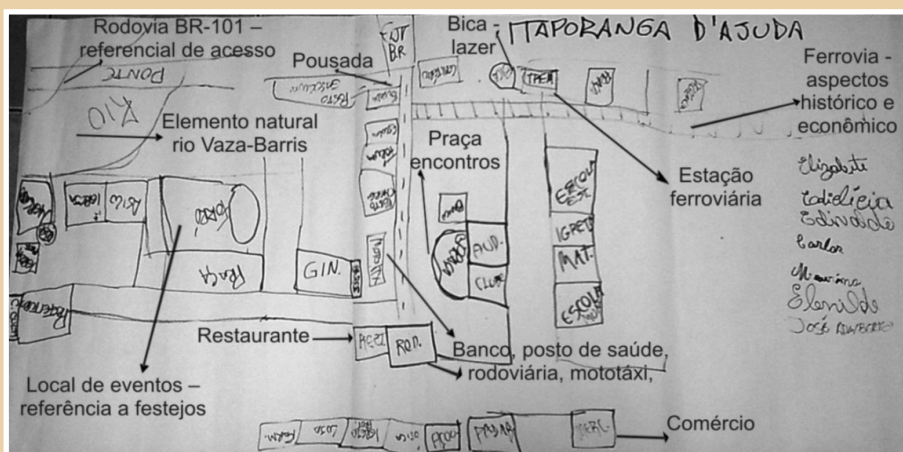
Observou-se que, ao mesmo tempo em que o mapa estava sendo construído, o recontar em um processo coletivo, de forma dinâmica, começava a gerar relações de confiança e respeito entre a equipe do IFS e a comunidade. Dedicou-se um período de não menos que duas horas para a atividade.

Figura 1 – Mapa falado da cidade de Itaporanga d’Ajuda do grupo 1.



Fonte: Souza, Braghini e Araújo (2010, p. 242).

Figura 2 – Mapa falado da Cidade de Itaporanga d’Ajuda do grupo 2.



Fonte: Souza, Braghini e Araújo (2010, p. 243).

• CASO 2 - Elementos Naturais na Minha Ilha Mem de Sá

Esse caso derivou de uma das atividades do **Curso de Condutores Locais** (Braghini; Picanço, 2020), previstas no Macroprograma 6, intitulado **Gestão Participativa para o Desenvolvimento da Comunidade Mem de Sá, Itaporanga d'Ajuda – SE** (Curado, 2009), elaborado pela Embrapa Tabuleiros Costeiros. O planejamento e a operacionalização desse curso ocorreram por meio de uma parceria entre os professores do Curso Superior de Tecnologia em Gestão de Turismo do IFS e a Embrapa. O foco do IFS foi contribuir no processo de desenvolvimento do ecoturismo pela comunidade.

O mapa falado foi uma tarefa solicitada aos participantes na Ilha Mem de Sá e apresentada no auditório da sede do Campo Experimental de Itaporanga, na Reserva do Caju (Reserva Particular do Patrimônio Natural – RPPN do Caju).

Numa das ações com foco na geografia e ecologia, foi proposto que os participantes construíssem, em duplas, mapas pictóricos da Ilha Mem de Sá, identificando os aspectos físicos, a presença de ecossistemas, o tipo de vegetação, de fauna e a localização de todos esses elementos, como tarefa de casa a ser compartilhada após duas semanas. Isso permitiu aos participantes representarem aspectos da Ilha, numa escala, utilizando a forma da Ilha, repensando a localização dos manguezais, dos apicuns, das moradias, bem como os tipos de animais e plantas que têm relevância ou foram lembrados.

- **CASO 3 - Espaços dos pescadores artesanais no Rio São Francisco**

Este caso refere-se a uma atividade de mestrado do Programa de Desenvolvimento e Meio Ambiente da Universidade Federal de Sergipe (PRODEMA-UFS), apresentada na dissertação intitulada **Sustentabilidade da Atividade Turística em Xingó, Sergipe e Alagoas** (Braghini, 2009) de professor membro do GPTEC-IFS. A atividade foi aplicada em pessoas do povoado Bonsucesso e do Acampamento Antônio Conselheiro, em Canindé de São Francisco, Sergipe e do Distrito de Entremontes, em Piranhas, Alagoas.

Houve a utilização de mapas falados como diagnóstico sobre os espaços de pesca de pescadores artesanais. Os participantes foram convidados a representarem seus espaços no Rio São Francisco utilizando papéis, pincéis atômicos e giz de cera. Na medida em que os elementos surgiam no mapa, os participantes eram provocados a falar sobre seu cotidiano, as estratégias, os equipamentos de pesca, aquilo que é pescado, além das divisões do espaço entre eles. A mediação e registro na elaboração dos mapas contou com a contribuição de estudantes graduandos do curso de Gestão de Turismo do IFS. Cada mapa (Figuras 4, 5 e 6) teve um número variado de participantes, em um ou mais grupos. A dinâmica de construção do mapa e a discussão acontecia em torno de duas horas de atividade.

Figura 4 – Mapa coletivo sobre espaços de pesca, elaborado por moradores do Povoado Bonsucesso, em Poço Redondo, Sergipe, em 18 de outubro de 2008.



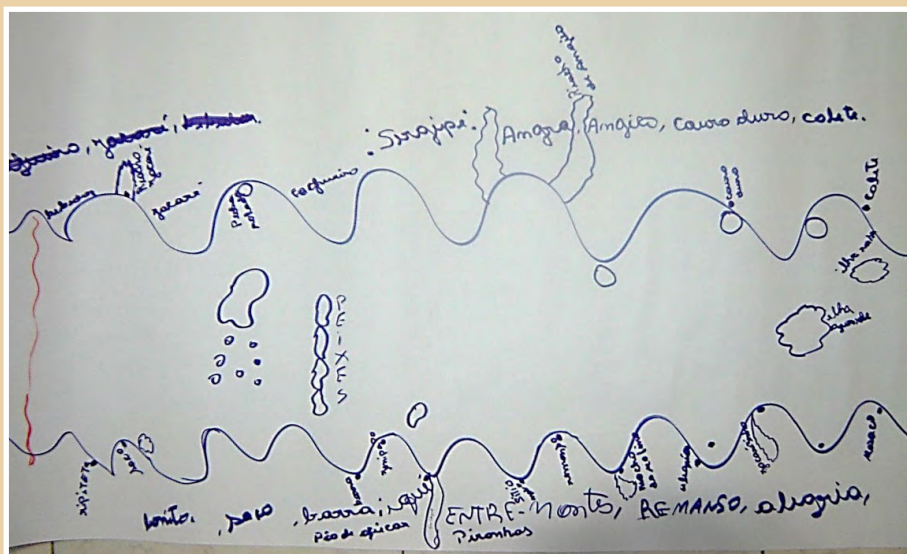
Fonte: Braghini (2009, p. 197).

Figura 5 – Mapa coletivo sobre espaços de pesca, elaborado no acampamento Antônio Conselheiro, em Canindé de São Francisco, Sergipe, em 18 de outubro de 2008.



Fonte: Braghini (2009, p. 198).

Figura 6 – Mapa coletivo sobre espaços de pesca, elaborado por moradores do Distrito de Entremontes, em Piranhas, Alagoas, em 30 de novembro de 2008.



Fonte: Braghini (2009, p. 199).

- **CASO 4 - História em quatro tempos em São Francisco das Chagas, região do Xingú, no Pará**

Este caso derivou da dissertação de mestrado **Planejamento Turístico: Turismo de Base Comunitária como Gestão Turística para a Comunidade São Francisco das Chagas em Vitória do Xingu/PA** (Duarte, 2019), do Programa de Pós-Graduação em Mestrado Profissional de Turismo do Instituto Federal de Sergipe (PPMTUR-IFS).

Nessa proposta, a construção dos mapas serviu como processo de diagnóstico, com levantamento de informações sobre a localidade que buscava se organizar para atividades turísticas. Nesse sentido, foram utilizados papéis e pincéis atômicos coloridos. A aplicação ocorreu em um período do dia, numa dinâmica de não menos que duas horas. A particularidade dos mapas gerados neste trabalho está no arranjo e na representação da localidade, que trouxe elementos sobre a transformação do lugar, em razão da implementação da Usina Hidrelétrica de Belo Monte, em quatro tempos: de 1990 a 1994 (Figura 7), de 1994 a 1998 (Figura 8); de 1999 a 2002 e de 2002 a 2013 (Figura 9).



CAMINHADA TRANSVERSAL

O QUE É E PARA QUE SERVE?

É uma técnica apropriada para a realização de diagnóstico participativo em comunidades. Envolve a realização de uma caminhada em grupo pela localidade que se deseja conhecer, com a participação da comunidade, sendo esta responsável por conduzir e apresentar os pontos que consideram relevantes. É transversal, pois segue um percurso linear, e os elementos observados e pontuados pelos participantes durante a caminhada são registrados de alguma forma. Esses registros podem ser transpostos para um diagrama, que se constitui em uma representação gráfica simplificada, conhecido também como diagrama de seção transversal. Posteriormente, esse diagrama é apresentado e comentado por todos os envolvidos.

De forma geral, a técnica tem como principal característica o reconhecimento detalhado, relacionado à dinâmica e à realidade de um determinado local. Além disso, possibilita aos participantes uma ampla percepção sobre a dinâmica do espaço observado.

Aqui, destacamos **Caminhada Transversal** na linha de pensamento proposto em “Diagnóstico rural participativo: guia prático DRP” (Verdejo, 2010), bem como **Caminhada**

Transversal na linha de pensamento proposto em “Metodologia participativa de extensão rural para o desenvolvimento sustentável” (Ruas *et al.*, 2006).

Resumindo, sua finalidade consiste no levantamento de informações, por meio de diálogos e discussões, observação de campo e diagramação, permitindo fazer um reconhecimento sobre as características espaciais, sociais, econômicas e histórica da realidade de uma localidade, assim como fragilidades e potencialidades para o seu desenvolvimento, consideradas importantes informações para um diagnóstico participativo em comunidades.

PONTOS DE ATENÇÃO AO PLANEJAR

- Primeiro, deve-se escolher um espaço adequado para reunião e diálogo com os participantes a respeito da atividade que será desenvolvida. Busca-se que este momento proporcione uma integração entre todos e ajude a criar um elo de confiança entre mediador e comunidade. Além disso, esse encontro pode ajudar a reunir os possíveis aspectos e elementos que se deseja observar de forma consensual na caminhada e, ainda, permitir ao mediador ter uma percepção geral da comunidade e da localidade.
- Considerando que já fora construído um mapa falado, o grupo deve destacar os pontos a serem observados na caminhada e definir o percurso a ser realizado.
- Na situação em que não se tenha construído anteriormente um mapa falado, é necessário fazer um

levantamento de pontos considerados relevantes a serem visitados, junto com os participantes. Definidos tais pontos, estabelece-se o percurso da caminhada.

- Recomenda-se, se possível, elaborar com os participantes um esboço da caminhada.
- No caso de trajetos extensos, pode-se programar mais de uma caminhada.

COMO FAZER?

Para que a realização da caminhada obtenha um melhor resultado, sugere-se que o percurso já tenha sido definido a partir de um levantamento prévio, feito por meio de um mapa falado, ou por outra técnica.

Em etapa que antecede a caminhada, forma-se o grupo, reforça-se o tempo da atividade, seus objetivos e o percurso a ser seguido.

Durante a caminhada, as pessoas da comunidade conduzem o grupo aos pontos identificados previamente. Discute-se a importância de cada ponto visitado para se compreender a realidade local e registra-se aquilo que foi observado e destacado por todos.

Na caminhada transversal, podem surgir questionamentos e reflexões que não constavam no percurso definido previamente, e são justamente essas abordagens que enriquecem esta técnica.

O tempo sugerido para aplicação é de aproximadamente **duas horas** para realização **do percurso** e de **uma a duas horas** para **a elaboração do diagrama, se a opção for pelo diagrama**. Entretanto, isso vai depender da localidade, distribuição e distância dos elementos que se deseja observar. Nesse caso, recomenda-se adequar a caminhada transversal com base na realidade a ser conhecida. Alguns materiais podem facilitar a aplicação da técnica, como: um mapa da comunidade para o reconhecimento da área; caderno para anotações, cartolina ou similar e pincel atômico para a construção do diagrama.

No momento da execução, o papel do **mediador** é estimular a comunidade a conduzir o grupo na caminhada, identificar os pontos previamente destacados e motivar a participação de todos, provocando reflexões para uma análise crítica do que está sendo observado. Além disso, é importante que ele evite a dispersão do grupo.

Após o percurso, propõe-se que todos se reúnam para sistematizar as informações coletadas em um diagrama transversal, fazendo a correlação entre os aspectos observados. Para esta tarefa, se o grupo for grande, aconselha-se formar **mais de um grupo**.

Ao final, **cada grupo deve apresentar seu diagrama**. Nesse momento, abre-se uma discussão **na qual todos os participantes expressam suas opiniões e sugestões sobre a apuração das informações levantadas** e, ao entrarem em consenso, são feitos os ajustes pertinentes.

OUTROS ENTENDIMENTOS E USOS

No DRP, podem ser encontradas várias técnicas ou ferramentas parecidas, em relação aos termos de uso.

Verdejo (2010) aborda apenas a **Caminhada transversal ou Travessia**, em “Diagnóstico rural participativo: guia prático DRP”.

RUAS *et al.*, (2006), em “Metodologia participativa de extensão rural para o desenvolvimento sustentável”, traz **Caminhada transversal** e **Caminhada**. No entanto, embora as técnicas sejam similares em aspectos práticos de aplicação, os objetivos, expectativas e resultados são diferentes.

No Turismo de Base Comunitária, a Caminhada transversal tem contribuído para a identificação das potencialidades turísticas presentes nas comunidades, bem como no processo de análise dos percursos para a construção de roteiros turísticos.

APLICAÇÃO PELO IFS

São apresentadas duas experiências com o uso da Caminhada Transversal em ações de ensino e pesquisa, vinculadas ao Mestrado Profissional em Turismo e ao Curso Superior de Tecnologia em Gestão de Turismo do Instituto Federal de Sergipe. Ambas desenvolvidas pelo Grupo de Pesquisa Turismo, Educação e Cultura desse Instituto (GPTEC-IFS).

- **CASO 1 - Caminhada Transversal nas Comunidades de Alagamar e Água Boa, em Pirambu, Sergipe**

Esta experiência foi realizada a partir de dois projetos vinculados.

O primeiro, denominado **Entre paisagens, saberes e fazeres em Pirambu, Sergipe: construção colaborativa para roteiro ecoturístico** (Santos; Aquino; Braghini, 2019), desenvolveu-se por um grupo de estudantes de iniciação científica (PIBIC) nas comunidades de Alagamar e Água Boa, em Pirambu, Sergipe.

O segundo, com o título, **Roteiro das Tartarugas: Natureza e Saberes Locais. Ecoturismo de Base Comunitária no Litoral Norte de Sergipe** (Jesus, 2020), é resultado do Mestrado, no Programa de Pós-Graduação em Mestrado Profissional de Turismo do Instituto Federal de Sergipe (PPMTUR-IFS), no âmbito do Ecoturismo de Base Comunitária, como possibilidade

para o desenvolvimento local no âmbito da sustentabilidade, num processo participativo que buscava tecer relações entre comunidades, pesquisadores e instituições.

O município de Pirambu, localizado no litoral norte do estado de Sergipe, conta com algumas comunidades tradicionais de quilombolas, pescadores artesanais, marisqueiras, ciganas, entre outras. No entorno do município existem três unidades de conservação, sendo uma de Proteção Integral – a Reserva Biológica de Santa Isabel – e duas de Uso Sustentável de categoria Reserva Particular de Patrimônio Natural (RPPN); a RPPN Dona Benta e Seu Caboclo, e a RPPN Lagoa Encantada do Morro da Lucrécia.

A primeira caminhada foi realizada no povoado Alagamar, em Pirambu (Figura 10) e baseou-se em levantamentos prévios feitos em reuniões com a comunidade, quando os próprios participantes indicaram o que eles consideravam como patrimônios naturais, culturais, bem como os aspectos sociais, econômicos e políticos relevantes.

A caminhada seguiu uma trajetória previamente combinada com os participantes. Foi programada para ser desenvolvida em duas horas, entretanto, o tempo de execução se estendeu em função do envolvimento e desejo do próprio grupo. Durante o percurso, utilizou-se o GPS para demarcação dos pontos, assim como foram feitas observações, anotações e registros fotográficos.

Figura 10 - Ladeira do Cordeiro em Alagamar, em Pirambu (SE).



Fonte: Santos; Aquino; Braghini (2019).

Foram observados vários aspectos, como as condições de acesso aos pontos de visitação, o Mirante do Cordeiro e a beleza da paisagem, as plantações de ouricuri (ou licuri) utilizadas na produção de artesanato de palha, rio e lagoa, e todo o espaço rural que compõe a localidade. Também foram contempladas as moradias, o saber-fazer dos moradores na confecção de artesanato de palha, a fabriqueta de produtos derivados da mangaba, além de espaços públicos, a exemplo de praças, posto de saúde, lavanderia, escola, casa de farinha, igreja.

No povoado Água Boa, em Pirambu (Figura 11), a aplicação da caminhada foi feita em um trajeto menor, mas cumpriu o mesmo processo do Povoado Alagamar.

Figura 11 - Caminhada com os moradores em Água Boa, em Pirambu, SE.



Fonte: Santos, Aquino; Braghini (2019).

Este pequeno povoado é cortado pela Rodovia SE100 Norte e, em uma de suas margens, observam-se moradias e dunas ao lado. Próximo a ele está o Morro da Lucrécia, geograficamente um ponto de referência, que tem elementos históricos e culturais associados, além de pertencer à RPPN Lagoa Encantada do Morro da Lucrécia.

Nos diálogos durante o percurso, foi explicada a mudança do nome do povoado para Água Boa, devido à descoberta de uma fonte de água mineral.

Observou-se um vínculo religioso da comunidade com a igreja católica, que funciona também como um espaço de organização social local.

Há uma casa de farinha, dentro de uma propriedade particular, cujo espaço é utilizado de forma acordada por outros moradores.

Assim como no povoado Alagamar, em Água Boa há a confecção do artesanato com palha de ouricuri. Além de produzir para seu próprio uso, a comunidade tem uma parceria com moradores de Alagamar no fornecimento de partes deste artesanato para o produto final.

- **CASO 2 - Uma experiência de Caminhada Transversal nos povoados Gado Bravo Sul e Cachoeirinha, em Nossa Senhora das Dores, Sergipe**

Essa experiência originou-se do projeto **Caminhos para o Turismo de Base Comunitária em Cachoeirinha e Gado Bravo Sul, Nossa Senhora das Dores, Sergipe** (Santos, 2023), do mestrado no Programa de Pós-Graduação em Mestrado Profissional de Turismo do Instituto Federal de Sergipe (PPMTUR-IFS), numa perspectiva de desenvolver um roteiro de Turismo de Base Comunitária integrando as comunidades desses povoados, considerando, para isso, os processos participativos.

O percurso teve duração de três horas e iniciou-se na estrada principal de acesso ao povoado Gado Bravo Sul, passando por pontos previamente sinalizados pelos moradores durante as reuniões participativas e reafirmados durante a aplicação do mapa falado.

O reconhecimento foi realizado a pé, para facilitar a visão espacial, social, econômica e histórica da comunidade. A caminhada proporcionou a análise dos elementos sinalizados, tais como: praça, bares, posto de saúde, ONG Cultivar, igreja, Barreiro (local assim conhecido pelos moradores) e trecho do Rio Sergipe, estendendo-se até a Cachoeira do Dangi (Figura 12).

Figura 12 - Caminhada transversal no Povoado Gado Bravo Sul, N. Sra. das Dores/SE.



Fonte: Santos (2023).

Da área urbana do povoado até a Cachoeira do Dangi foi possível visualizar e refletir sobre aspectos da ruralidade social e cultural, as paisagens e atividades econômicas vinculadas à pecuária e às plantações, assim como sobre os problemas ambientais oriundos dessas atividades (Figura 13).

A segunda caminhada aconteceu no povoado Cachoeirinha, com a participação de quatro moradores, seguindo os mesmos parâmetros de Gado Bravo Sul. Da mesma forma que a experiência anterior, aspectos da ruralidade se destacam. No entanto, Cachoeirinha tem elementos que se sobressaem pela sua singularidade, com grande representatividade para a localidade e seus moradores.

Figura 13 - Trajeto da Fazenda de Marcelo até o Rio Sergipe.



Fonte: Santos (2023).

O percurso teve início a partir de uma das estradas de acesso que conectam os dois povoados. Foram realizadas algumas paradas que contemplaram: casas de moradores que possuem quintais produtivos; a casa de um morador reconhecido pelo seu conhecimento e habilidade na construção de carros de boi e o Museu Caipira com seu acervo composto de peças e utensílios associados ao ambiente rural. Sobre este Museu, situado no Sítio Tia Francisca (Figura 14), cabe pontuar que é um espaço visitado por escolas públicas locais.

Figura 14 - Sítio Tia Francisca e Museu Caipira no povoado Cachoeirinha, N^a Sra. das Dores.



Fonte: Santos (2023).

Na sequência, dirigiu-se para a Mata da Varginha, onde, no caminho, foi identificada uma simples cruz feita de madeira, mas que remete a uma história do lugar e se configura como um local de devoção e fé. É curioso mencionar que, durante as reuniões participativas, esse ponto não foi destacado como parte do roteiro na Caminhada Transversal.

Na Mata da Varginha, foram observados potenciais atrativos relacionados à história da Grotta do Caboclo e às características da fauna e flora locais, bem como às condições favoráveis para uma trilha interpretativa.



LEVANTAMENTO RÁPIDO DE ATRATIVOS POTENCIAIS PARA PENSAR UM ROTEIRO TURÍSTICO LOCAL

O QUE É E PARA QUE SERVE?

O **levantamento** é uma fase importante para a própria comunidade dizer o que há na localidade e que possa ser de interesse para compor um roteiro turístico. Esse processo envolve a identificação de elementos do patrimônio histórico, cultural e natural da localidade, de atividades produtivas comuns, de formas de organização coletiva, bem como de infraestrutura.

No caso do TBC, implica a formação de um grupo participante que desenvolverá a discussão e o levantamento das informações. Pode-se ter uma ou mais pessoas como mediadoras. Se não houver um parceiro externo para a mediação dos encontros, é preciso que algumas pessoas da própria comunidade façam esse processo. Nesse caso, um planejamento prévio seria favorável para objetivar as discussões e o levantamento.

Um momento de planejamento ajuda a refletir sobre todo o processo; sobre o que se deseja levantar de informações e criar categorias, por exemplo. No caso de elementos para o turismo, costuma-se pensar em:

- a) **possíveis atrativos** para quem virá visitar. O que os participantes pensam que pode ser interessante para quem vai visitar a comunidade? Então, a categoria criada seria Possíveis Atrativos. Por vezes, pode-se pensar em patrimônios da comunidade que interessam ser compartilhados com os visitantes;
- b) descrever os elementos da **infraestrutura** e as condições importantes para a comunidade e para o turista. Um exemplo disso é o acesso à água para consumo; saneamento básico, ruas, estradas, ou seja, vias de acesso; acesso à luz elétrica, moradias, meios de comunicação, comércio, entre outros;
- c) **serviços oferecidos**. Nesse caso, direcionando ao turismo, serviços de condução de visitantes, de alimentação e bebidas, de hospedagem, de recreação e entretenimento, de transporte, oficinas de artesanato, de produção ou beneficiamento de alimentos, entre outros;
- d) **formas de organização coletiva**. Interessante é reconhecer se há instância coletiva, se ela funciona sempre, para pensar se a mesma organização poderia cuidar da gestão do turismo. Existe alguma forma de organização para discussão e tomada de decisão coletiva para problemas ou situações na comunidade? Se há, que forma é essa? Há uma associação ou cooperativa? Alguém lidera esse processo ou a tarefa é dividida?

PONTOS DE ATENÇÃO AO PLANEJAR

É preciso organizar o espaço, os materiais e o tempo a ser utilizado para discutir com o grupo. Uma comunicação prévia com os participantes é importante, através de um convite, por exemplo, para que todos saibam o que está acontecendo, mesmo para quem não for participar. Buscar quem fará a mediação do encontro também é relevante.

Fase de organização

- **Elaborar um convite aos visitantes** – é importante estabelecer uma comunicação, utilizando um recurso impresso ou um canal digital, com as informações sobre as atividades que serão desenvolvidas. Essa tarefa cabe a quem na comunidade tem habilidade para produzir esse tipo de material, ou, por vezes, um parceiro pode auxiliar neste processo. Para ajudar a democratizar a informação e buscar mais participação no encontro, sugere-se a distribuição de cartazes em pontos-chave da comunidade, ou convite nas redes sociais, pois são canais muito utilizadas atualmente e que alcançam um maior número de pessoas, com mais rapidez.

- Definir quem fará a **mediação do encontro**, alguém que entenda os objetivos da atividade e o que será gerado. Se estiver vinculado a um projeto e envolver extensionista ou pesquisador, pode-se compor uma equipe com pessoas do projeto e da comunidade, buscando transferir tanto o conhecimento quanto as técnicas. Há comunidades que já têm

experiência em articulações coletivas, nesse caso, sugere-se dialogar antes para saber se utilizam uma determinada técnica ou ferramenta, e se essa pode ser utilizada ou adaptada. Essa troca tende a levar a um novo aprendizado ao pesquisador e ao extensionista.

- Selecionar **os materiais** que serão necessários, considerando que o local para a atividade já foi definido. Se a utilização de cartazes estiver prevista, e houver intenção de fixá-los, é crucial conhecer previamente o local onde ocorrerá o encontro, avaliar os espaços disponíveis nas paredes e verificar se é possível utilizar fita adesiva. Caso contrário, pode-se distribuir os cartazes em mesas ou no chão, se houver espaço para isso. Ter à disposição uma quantidade razoável de marcadores, pincéis atômicos ou canetas apropriadas.

COMO FAZER?

Após dar as boas-vindas aos participantes, explicar novamente a finalidade do encontro e como ele foi planejado. Faça um acordo com todos quanto aos tempos estimados da atividade e quanto ao intervalo, caso se pretenda fazê-lo.

- Ao iniciar, denomine essa fase. Pode ser algo como: **primeira fase do levantamento** ou **levantamento inicial**. Uma proposta é o(s) mediador(es) fornecer(em) folha e caneta para escrever ou agrupar os participantes em equipes, se for uma turma grande. Convidar a todos para escreverem ou falarem sobre o que eles entendem que exista ali, e que seria interessante

conhecer, visitar ou fazer. Uma pergunta que pode provocar isso é: se alguém vier visitar a comunidade, o que você entende que vale à pena essa pessoa conhecer ou fazer?

A ideia é deixar livre, como uma tempestade de ideias (*brainstorming*), sem qualquer limitação ou barreira, estimulando sempre a participação e a fala de todos. Algumas pessoas não gostam ou se sentem inseguras em escrever ou falar em público, mas o importante é que se estimule a participação ativa de todos. Uma estratégia é a formação de grupos com uma quantidade menor de pessoas, pois, nessa condição, é comum os participantes se sentirem mais à vontade para expressar suas ideias.

Essas ideias podem ser registradas em folhas, como já citado, e transpostas para cartazes, ou serem escritas diretamente em cartazes ou em um quadro. O que importa é o compartilhamento das informações.

- Uma **segunda fase** seria a **organização dos itens citados em diferentes temas** usuais em turismo. Por exemplo, poderiam ser colocados cartazes fixados com os seguintes temas: **atrativos naturais e atrativos culturais, atividades produtivas, eventos** e, se couber, aproveita-se e amplia-se a discussão para a **infraestrutura e os equipamentos e serviços**, como restaurantes, bares e meios de hospedagem. Há atrativos que se encaixam em diferentes temas, gerando dúvidas sobre onde colocá-los. Nessa situação, não se preocupe: insira em ambos os temas e, após essa fase, retoma-se a discussão sobre isso, e o grupo decide.

Esta organização é uma **sistematização** que ajuda, inclusive, aos moradores e comunitários aprenderem e se acostumarem com termos e formas de se pensar ao planejar o turismo.

- As **atividades produtivas** podem ser pensadas também como atrativos potenciais. As comunidades não costumam associar tais atividades a atrações turísticas. Mas, no Turismo de Base Comunitária, elas são fundamentais, ou seja, há um saber-fazer associado e que se vincula com o cotidiano e cultura local que deve ser valorizado na experiência da visita. Entre as atividades comuns, possíveis de serem trabalhadas turisticamente, se for do interesse da comunidade, destacam-se: a pesca artesanal, o extrativismo, a agricultura familiar, as técnicas agroecológicas, o artesanato, a produção associada ao extrativismo, entre outras. Esses exemplos ilustram a riqueza de experiências que um visitante pode ter ao conhecer e vivenciar tais atividades apresentadas e o valor delas para a própria comunidade.

- Após a sistematização feita, é o momento de dialogar a respeito das **dúvidas surgidas** sobre os itens que se encaixam em mais de um tema. Por exemplo, a caminhada em uma mata favorece ao visitante vivenciar o contato com o ambiente natural e a singularidade dos seus elementos. Logo, a mata é vista como atrativo natural. Igualmente, se há uma história nessa mata que retrata, ou se vincula à cultura ou ao cotidiano da comunidade, considera-se que essa história é um atrativo cultural. Ambos, os atrativos naturais e os culturais, materializam-se no mesmo espaço, em uma caminhada. Esse

momento de diálogo serve também para esclarecer outras dúvidas quanto aos termos técnicos utilizados no turismo.

- **Registre a participação de todos.** Se concordarem, faça também registro de **imagens, com os resultados** e formalize o aceite do grupo na veiculação dessas imagens. **Comemorem** esta fase concluída e a contribuição de todos!

- Explique que a **próxima fase**, em outros encontros, poderá ser desenvolvida com a realização de uma **caminhada transversal** para conhecer os atrativos potenciais levantados, principalmente se o grupo tiver pessoas que não conhecem a localidade, como é comum com pesquisadores e extensionistas. Outra possibilidade, caso todos já tenham familiaridade com o local, é partir para a **construção colaborativa de um roteiro turístico**. Sob estas condições, discutir o perfil de turista que se deseja receber na localidade é mais relevante. Não é qualquer turista que pretende ter essa experiência, portanto, ao planejar o que se vai oferecer, é importante pensar nisso coletivamente e registrar. Isso facilitará pensar num roteiro com o foco no público de interesse.

OUTROS ENTENDIMENTOS E USOS

O levantamento de potenciais para o turismo é, por vezes, feito através de um inventário turístico. Há diversos instrumentos e manuais para isso. No Brasil, no Programa de Regionalização do Turismo, foram criados manuais para a inventariação turística para cidades ou regiões e um grau de detalhamento maior que um levantamento rápido, como propusemos aqui (Brasil, 2011a).

O levantamento mais detalhado implica visita, diálogo com moradores, entrevistas, para se compreender de forma mais detalhada, e ouvir deles a história do lugar, das pessoas, aquilo que é comum. A história oral (Bedim; De Paula, 2007) é uma forma importante de registrar isso. Nada como conversar com as pessoas, nos seus lugares, em que se sintam mais à vontade e seguros. É também uma oportunidade de aprender com eles.

APLICAÇÃO PELO IFS

É apresentado um caso de levantamento de potenciais atrativos turísticos a partir de ação de pesquisa pelo Grupo de Pesquisa Turismo, Educação e Cultura do Instituto Federal de Sergipe (GPTEC-IFS).

- **Caso 1 - Entre Paisagens, Saberes e Fazeres em Pirambu, Sergipe**

A experiência de aplicação do levantamento de potenciais atrativos originou-se da pesquisa aplicada **Entre Paisagens, Saberes e Fazeres em Pirambu, Sergipe: Construção Colaborativa para Roteiro Ecoturístico** (Santos; Aquino; Braghini, 2019; Jesus, 2020). Desenvolveu-se a partir do Curso Superior de Tecnologia em Gestão de Turismo do Instituto Federal de Sergipe, pelo Grupo de Pesquisa Turismo, Educação e Cultura (GPTEC-IFS).

Ao mesmo tempo, vinculou-se à pesquisa denominada **Roteiro das Tartarugas: Natureza e saberes locais. Ecoturismo de base Comunitária no Litoral Norte de Sergipe** (Jesus, 2020), desenvolvida no Programa de Pós-Graduação em Mestrado Profissional de Turismo do IFS (PPMTUR-IFS).

Na experiência de aplicação do levantamento de potenciais atrativos, articularam-se dois encontros, sendo um no Povoado Alagamar e outro no povoado Água Boa (Figuras 15 e 16), em dias distintos, para aplicação da técnica de levantamento rápido de atrativos potenciais para pensar um roteiro

turístico local. Cabe destacar que o levantamento rápido foi uma das estratégias utilizadas, mas outras complementares foram necessárias, tais como visitas às localidades, conversas e entrevistas com moradores.

Figura 15 - Encontro para levantamento rápido feito na comunidade de Alagamar, Pirambu (SE).



Fonte: Santos; Aquino; Braghini (2019, p. 16).

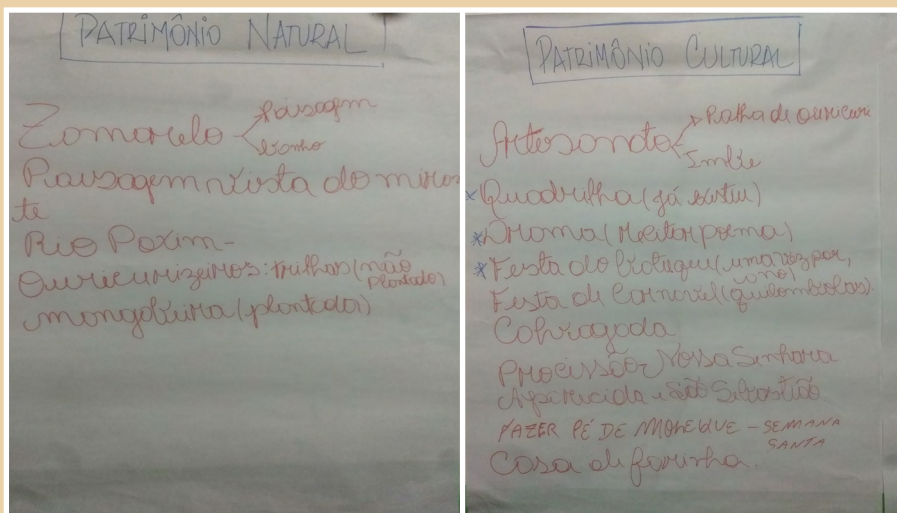
Figura 16 - Encontro para levantamento rápido feito na comunidade de Água Boa, Pirambu (SE).



Fonte: Santos; Aquino; Braghini (2019, p. 18).

Nas duas localidades, a equipe, após sensibilização e apresentação do projeto, aplicou essa técnica, com mediação dos estudantes e professores. Foram feitas perguntas referentes ao turismo: se eles já tiveram algum tipo de contato, quem poderia receber visitantes, quem cozinava bem, e alguns locais que seriam interessantes conhecer, visitar, na opinião deles. Foram gerados cartazes com tais informações (Figura 17).

Figura 17: Cartazes gerados no levantamento rápido dos patrimônios natural e cultural, feitos na comunidade de Alagamar, Pirambu (SE).



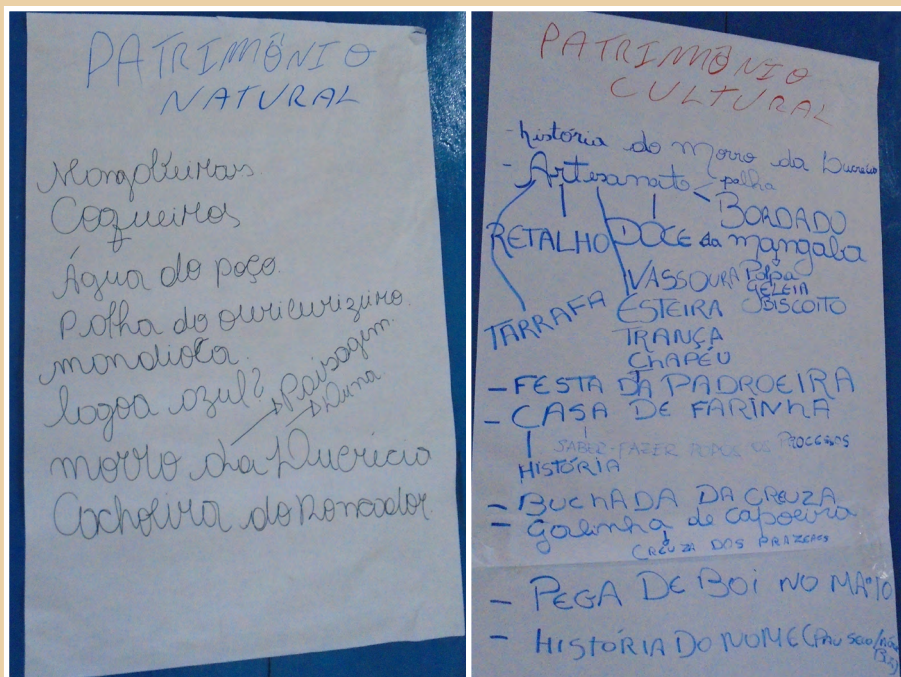
Fonte: Santos; Aquino; Braghini (2019, p. 18).

Aos poucos, com a ajuda dos mediadores, buscou-se uma organização e um detalhamento. No Povoado Alagamar, por exemplo, eles citaram uma localidade chamada “Zamarelo”, uma área alagada que julgam ter uma beleza paisagística, mas também ser espaço de recreação, para banho. O artesanato de palha apareceu como patrimônio cultural enquanto produto e, aos poucos, eles perceberam que o saber-fazer desse artesanato também se encaixava em outra categoria, como uma atividade socioeconômica. Após o preenchimento dos cartazes e os diálogos, questionou-se sobre quais elementos dos patrimônios seriam passíveis de se trabalhar com visitantes, destacando que ficaria a cargo da própria comunidade a definição quanto ao desejo ou não de compartilhar certos lugares e fazeres.

De forma específica, no Povoado Alagamar, o Zamarelo, a paisagem do mirante do Cordeiro, as plantações de ouricuri e de mangaba, e o rio Poxim, destacaram-se como patrimônio natural. Como patrimônio cultural, foram citados o artesanato da palha de ouricuri (licuri), a produção de pé-de-moleque, a casa de farinha, além de festas, a maioria de cunho religioso.

No povoado Água Boa, os participantes consideraram como patrimônio natural a presença de plantas como ouricuri, coqueiros e mangabeiras, mas, além disso, a água de poço, que trouxe a mudança para o nome atual do povoado. Outros elementos citados foram a lagoa, que está no povoado vizinho, Santa Isabel, o Morro da Lucrécia e a Cachoeira do Roncador, que estão nos limites da RPPN Lagoa Encantada do Morro da Lucrécia, e da RPPN Dona Benta e Seu Caboclo. Enquanto patrimônio cultural, foram citados os festejos que se relacionam fortemente à religiosidade, o artesanato (da palha de ouricuri), o bordado, os doces, a casa de farinha, a história de Dona Benta e seu Caboclo, a contação de histórias de moradores (Figura 18).

Figura 18 - Cartazes gerados no levantamento rápido dos patrimônios natural e cultural, feitos na comunidade de Água Boa, Pirambu (SE).



Fonte: Santos; Aquino; Braghini (2019, p. 18).

Nas duas localidades, após a discussão sobre patrimônio natural e cultural, a equipe explicou sobre outros elementos importantes para o turismo, também considerados como categorias, como as atividades socioeconômicas, a infraestrutura, os equipamentos e serviços adaptáveis ao turismo. Também foram elaborados cartazes com esses dados, com a participação de todos no processo.

O processo permitiu à equipe de pesquisadores a obtenção de conhecimento sobre os lugares, conforme os relatos e percepções das comunidades. Além do mais, serviu como

sensibilização e aprendizagem aos participantes, levando-os a se familiarizarem com termos usuais do turismo e a refletirem sobre suas práticas cotidianas e tudo aquilo que possa interessar aos visitantes. Ao final dessa técnica de levantamento, foi planejada e realizada uma caminhada transversal, considerando os resultados obtidos.



CONSTRUÇÃO COLABORATIVA DE ROTEIRO TURÍSTICO

O QUE É E PARA QUE SERVE?

A construção colaborativa de roteiro turístico local é um processo em que o grupo envolvido elabora o percurso turístico a ser visitado, considerando as informações levantadas anteriormente quanto aos atrativos selecionados, as atividades a serem realizadas, os pontos de parada, a alimentação, entre outros. O caráter colaborativo reforça que este processo seja construído conjuntamente, pois é o grupo da comunidade que irá desenvolver com os visitantes e fazer a gestão. Se há algum parceiro externo, este deve atuar como mediador do processo e não impor e/ou definir o que deverá ser feito.

PONTOS DE ATENÇÃO AO PLANEJAR

Como se trata de um processo participativo, é preciso planejar como serão os encontros para a construção do roteiro. Dessa maneira, deve-se antecipadamente refletir sobre a disponibilidade de um espaço, bem como a sua adequação para a atividade; os materiais essenciais; as informações a serem disponibilizadas; e como convidar os moradores.

Fase de organização

- **Organizar as informações fornecidas da fase de levantamento de atrativos e atividades e disponibilizá-las ao grupo.** Uma possibilidade é dispor em cartazes, ou impressos, as informações sobre os atrativos naturais, culturais, as atividades econômicas e os eventos (se for o caso) que foram escritos na fase de levantamento.

- **Preparar material com informações sobre o que é um roteiro turístico,** enfatizando os aspectos a serem considerados para isso, tais como:

- a) percurso, itinerário ou caminho a ser percorrido;
- b) pontos de visitação;
- c) tempos gastos em cada ponto de visitação;
- d) deslocamentos entre um ponto e outro, se será a p  ou precisará de algum meio de transporte e os tempos gastos para isso;
- e) atividades previstas a serem oferecidas que gerem interatividade do visitante com a cultura e o cotidiano local;
- f) momentos de recrea o, entretenimento ou descanso, se for conveniente;
- g) os momentos e locais que envolvem alimenta o e hospedagem, se for o caso;
- h) locais de exposi o e/ou de venda de produtos da comunidade;

i) definição dos papéis de cada um no desenvolvimento do roteiro.

- **Elaborar cartazes ou slides** que mostrem as informações e disponibilizar esse material será útil na ocasião do encontro para a elaboração do roteiro.

- **Elaborar convite para o encontro da construção colaborativa.** Essa ação pode ser realizada por meio impresso, a exemplo de folhetos ou *folders*, ou digital. Em ambas as possibilidades pode-se recorrer a um parceiro para auxiliar neste processo de criação de texto, de arte e de veiculação.

- **Definir como o convite será entregue à comunidade.** Usualmente, alguns moradores da própria comunidade convidam oralmente os demais, indo de porta em porta. Isso pode ser feito em conjunto com parceiros envolvidos na organização da atividade. Pode-se, aliás, recorrer à veiculação da mensagem por meio de redes sociais, a exemplo do *Instagram* ou *WhatsApp*.

* O Quadro 1 é um exemplo de como resumir as ações apontadas na fase da organização, além de trazer outros elementos interessantes que servem como lembretes, anteriormente acordados entre os membros da comunidade.

Quadro 1 - Distribuição de tarefas

Atividade/tarefa	Quem	Quando
Organização do espaço para o encontro e das suas condições para a construção do roteiro		
Levantamento de materiais e das informações que serão apresentadas aos participantes.		
Organização dos materiais. Se for utilizar equipamentos eletrônicos, testá-los antes.		
Definir quem fará a mediação do encontro – uma ou mais pessoas.		
Elaborar convite impresso, digital, e ou oral e, independentemente do meio em que é veiculado, é importante que fique claro o objetivo do encontro.		
Convidar as pessoas para o encontro.		
Organizar lanche, se assim for definido.		

Fonte: Autores, 2024.

COMO FAZER?

Após dar as boas-vindas aos participantes, **explicar a finalidade do encontro** novamente e como foi planejado. **Faça um acordo com todos**, quanto aos tempos estimados da atividade, e se haverá algum tipo de pausa.

Apresente as informações derivadas do levantamento, isto é, quais foram os atrativos identificados: os naturais, os culturais, os relacionados às atividades produtivas, os eventos e a infraestrutura. É importante que todos reconheçam e revejam o que fora levantado em atividades anteriores.

Exponha os aspectos importantes que todo roteiro turístico deve ter:

- a) percurso, itinerário ou caminho a ser percorrido;
- b) pontos de visitação;
- c) tempos gastos em cada ponto de visitação;
- d) deslocamentos entre um ponto e outro, se será a pé ou precisará algum meio de transporte e os tempos gastos para isso;
- e) atividades previstas a serem oferecidas que gerem interatividade do visitante com a cultura e o cotidiano local;
- f) momentos de recreação, entretenimento ou descanso, se for conveniente;
- g) os momentos e locais que envolvem alimentação e hospedagem, se for o caso;
- h) locais de exposição e/ou de venda, de produtos da comunidade;
- i) definição dos papéis de cada um no desenvolvimento do roteiro.

Lembre-se que, na fase da organização, essas informações foram sistematizadas em slides e/ou cartazes. **Use os recursos visuais produzidos.**

A seguir, os participantes serão convidados a **iniciar a construção do roteiro** utilizando os cartazes, folhas e pinceis atômicos fornecidos, considerando as informações citadas no levantamento e os aspectos importantes que todo roteiro turístico deve ter.

Caso haja muitas pessoas na atividade, sugere-se dividi-las em dois ou mais grupos, no sentido de **garantir a participação de todos**. Ao final, cada grupo apresenta sua ideia e, depois, todos elaboram um só roteiro. Em geral, os grupos trazem diferentes ideias, que enriquecem a discussão. O que deve ser evitado é o privilégio de um em detrimento a outro. É importante que se **alcance um consenso**, já que será um roteiro gerenciado pelo coletivo envolvido na organização.

O resultado desse trabalho será representado em cartazes ou folhas grandes com **desenhos esquemáticos, onde aparecerá o percurso do roteiro**. Em outros cartazes, sugere-se mostrar a **programação do roteiro**, considerando o horário de início, o tempo de visitação em cada parada e o horário no final do percurso, a fim de estimar o tempo total do roteiro.

Depois, é preciso pensar melhor nas **atividades que serão desenvolvidas quando o roteiro for realizado**, ou seja, o que deve ser falado para os visitantes, discutido, provocado em cada ponto do roteiro, de tal forma que **todos os participantes entendam a sua totalidade**. Como será a visitação em cada ponto? O que merece ser mais valorizado nesse momento? Em quais momentos acontecerão os encontros e trocas entre comunidade e visitantes gerando a Interculturalidade? Não é demais lembrar que se trata de um roteiro de TBC e que o cotidiano e a cultura da comunidade são importantes.

Há roteiros que são temáticos, quer dizer, que possuem um tema e todo o percurso se desenvolve em torno dele. Isso fornece uma **identidade ao roteiro**.

Outro aspecto importante é **pensar no tempo total de execução do roteiro**, considerando que os visitantes precisam de um tempo hábil para chegar à comunidade, iniciar as atividades e sair com margem confortável de tempo para pegar o acesso de volta ao seu local de origem.

Um dos pontos fundamentais é pensar **no perfil de visitante para o qual o roteiro turístico foi elaborado**. Não cabe pensar em “qualquer um”. O roteiro deve ser criado a partir de um tipo de visitante que se espera receber, uma referência. Em geral, o visitante se interessa por vivenciar a comunidade em tudo aquilo que lhe é peculiar em todos os âmbitos (cultura, meio ambiente etc.): suas atividades de subsistência, suas tradições, suas paisagens etc. Assim, esse visitante, possivelmente, se interessará pelas atividades propostas e terá ciência dos serviços que podem ser oferecidos. Quando tudo isso é pensado para o atendimento a esse visitante, há uma maior possibilidade de êxito no produto final, ou, dito de outra forma, da qualidade na experiência da visita. Isso auxilia a pensar se o roteiro está adequado ao perfil do visitante e, inclusive, no futuro direcionamento da sua divulgação e comercialização.

Exemplos: pessoa que deseja ter contato com a natureza e que não se preocupa em se hospedar em hotéis requintados, pois a qualidade do seu interesse se liga mais à vivência de tudo aquilo relacionado à interação das comunidades com a natureza; pessoas adultas que querem vivenciar o dia a dia na lida

do campo de uma fazenda, na agricultura ou pecuária; pessoas que querem conhecer o dia a dia de marisqueiras e pescadores artesanais e experimentar as técnicas utilizadas por eles.

Além de todas essas considerações técnicas sobre o roteiro, **importante refletir de que maneira ele vai contribuir com a comunidade e a organização comunitária.** Quais pessoas da comunidade serão beneficiadas do ponto de vista socioeconômico? Há riscos de impactos negativos com a visitação? Como a organização do roteiro pode ajudar a pensar no bem comum, no coletivo? Cabe lembrar que o TBC prevê processos coletivos e colaborativos.

OUTROS ENTENDIMENTOS E USOS

A elaboração de um roteiro turístico pode ser feita por especialistas na área de turismo, entretanto, a finalidade aqui é que a construção seja participativa e que o grupo da comunidade seja capaz de operar e gerenciar. Em outras concepções, é possível que, ao invés de roteiro, refiram-se à construção coletiva de itinerários ou até circuitos.

APLICAÇÃO PELO IFS

É apresentado um caso de construção colaborativa de roteiro turístico local a partir de ação de pesquisa pelo Grupo de Pesquisa Turismo, Educação e Cultura do Instituto Federal de Sergipe (GPTEC-IFS).

- **Caso 1 - Construção Colaborativa para Roteiro Ecoturístico em Pirambu, Sergipe**

Este caso ocorreu também a partir do projeto de pesquisa aplicada **Entre Paisagens, Saberes e Fazeres em Pirambu, Sergipe: Construção Colaborativa para Roteiro Ecoturístico** (Santos; Aquino; Braghini, 2019; Jesus, 2020), do curso Superior de Tecnologia em Gestão de Turismo do Instituto Federal de Sergipe, pelo Grupo de Pesquisa Turismo, Educação e Cultura do Instituto Federal de Sergipe (GPTEC-IFS).

Igualmente, se vinculou à pesquisa **Roteiro das Tartarugas: Natureza e saberes locais. Ecoturismo de base Comunitária no Litoral Norte de Sergipe** (Jesus, 2020), desenvolvida no Programa de Pós-Graduação em Mestrado Profissional de Turismo do IFS (PPMTUR-IFS).

A construção coletiva de roteiro envolveu moradores do Povoado Alagamar, Povoado Água Boa e de duas unidades de conservação do mesmo proprietário, a RPPN Dona Benta e Seu Caboclo e a RPPN Lagoa Encantada do Morro da Lucrecia, em conjunto com a equipe do IFS.

O processo partiu da organização e sistematização dos potenciais atrativos levantados anteriormente. Estes foram apresentados aos participantes da comunidade, por meio de cartazes, para relembrar o que já fora dialogado e, ao mesmo tempo, servir para consulta ao pensarem no roteiro.

No dia da construção do esboço do roteiro, a equipe do IFS fez uma exposição do que é um roteiro turístico e quais elementos deve conter, tais como: percurso ou caminho a ser percorrido; pontos de visitação; tempos gastos em cada ponto de visitação; deslocamentos entre um ponto e outro, se será a pé ou precisará algum meio de transporte e os tempos gastos para isso; atividades previstas a serem oferecidas que gerem interatividade do visitante com a cultura e cotidiano local; momentos de recreação, entretenimento ou descanso, se for conveniente; os momentos e locais que envolvem alimentação e hospedagem, se for o caso; locais de exposição e/ou de venda, de produtos da comunidade; definição dos papéis de cada um no desenvolvimento do roteiro.

A equipe propôs inicialmente, que o roteiro fosse pensado para 6 horas, e envolvesse ambas as comunidades. Posteriormente, formaram-se dois grupos e foram distribuídas folhas grandes de papel em branco, fita adesiva, pincéis atômicos coloridos. Em cada grupo, houve um mediador estimulando a participação de todos (Figuras 19 e 20).

Figura 19 - Grupo elaborando o roteiro em Alagamar, Pirambu (SE).



Fonte: Santos; Aquino; Braghini (2019).

Figura 20 - Grupo observando os pontos atrativos, levantados anteriormente, para elaboração do roteiro, em Alagamar, Pirambu, SE.



Fonte: Santos; Aquino; Braghini (2019).

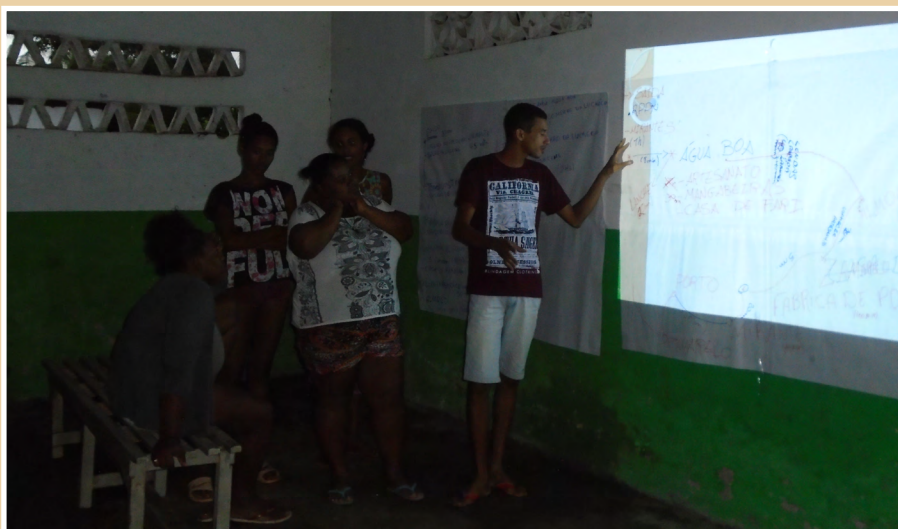
Ao final, cada grupo apresentou sua ideia de roteiro ao outro grupo (Figuras 21 e 22).

Figura 21 - Apresentação de esboço de roteiro, grupo 1.



Fonte: Santos; Aquino; Braghini (2019).

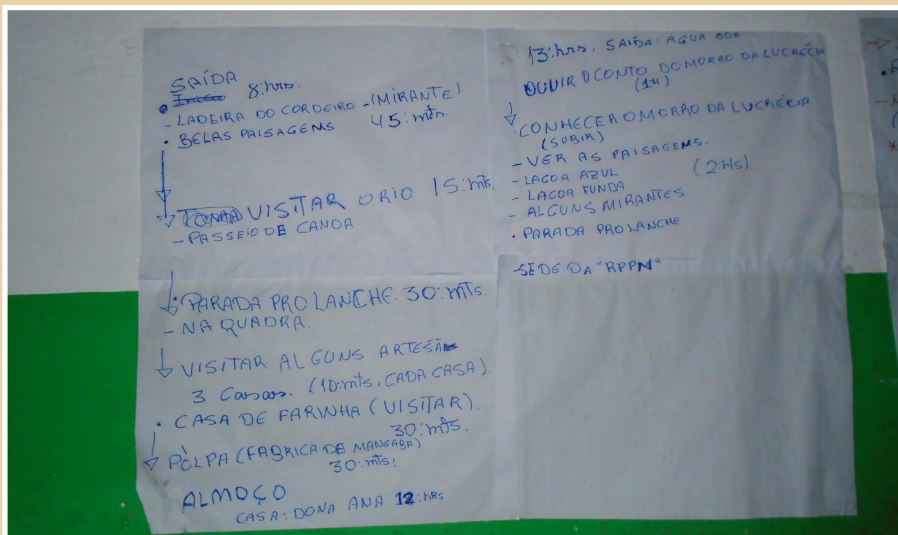
Figura 22 - Apresentação de esboço de roteiro, grupo 2.



Fonte: Santos; Aquino; Braghini (2019).

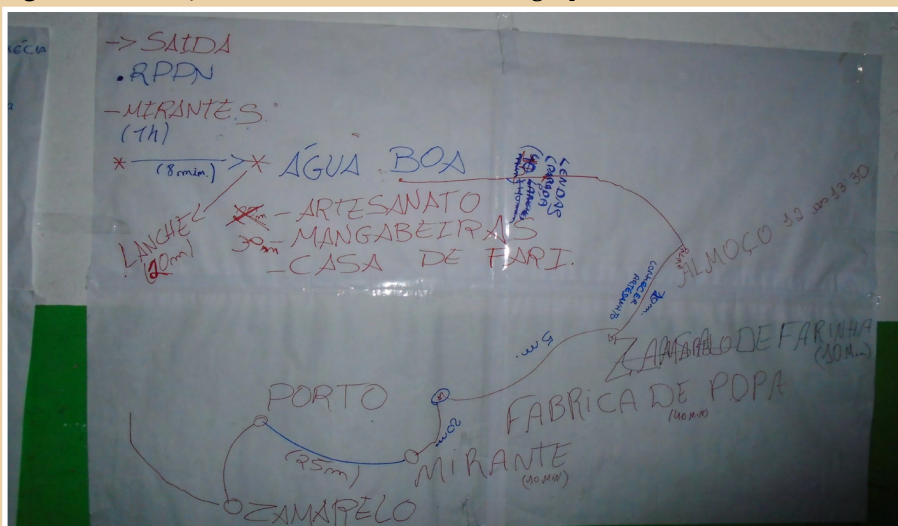
Observou-se que as propostas apresentavam tanto elementos semelhantes como distintos (Figuras 23 e 24).

Figura 23 - Esboço de roteiro turístico local do grupo 1.



Fonte: Santos; Aquino; Braghini (2019).

Figura 24 - Esboço de roteiro turístico local do grupo 2.



Fonte: Santos; Aquino; Braghini (2019).

Após esse processo, a equipe do IFS refletiu sobre as possibilidades e limitações das duas propostas, para sua efetivação. Dentre vários elementos, foram analisados aspectos de segurança e tempos de deslocamento que não estavam evidentes, mas foram pontuados na exposição dos grupos. Com o objetivo de refletir, discutir e propor modificações, de acordo com as dificuldades e interesses de todos, combinou-se que, em um novo encontro, a equipe apresentaria apenas uma proposta com os resultados sistematizados.

Após discussões e consensos, a equipe do IFS apresentou a sua proposta (Figura 25). Foi o momento de pensar na operacionalização do roteiro, definindo o que seria feito nos pontos de parada em cada atrativo, o que seria falado, o que deveria ser observado e quais pessoas ficariam responsáveis para ajudar na realização do roteiro.

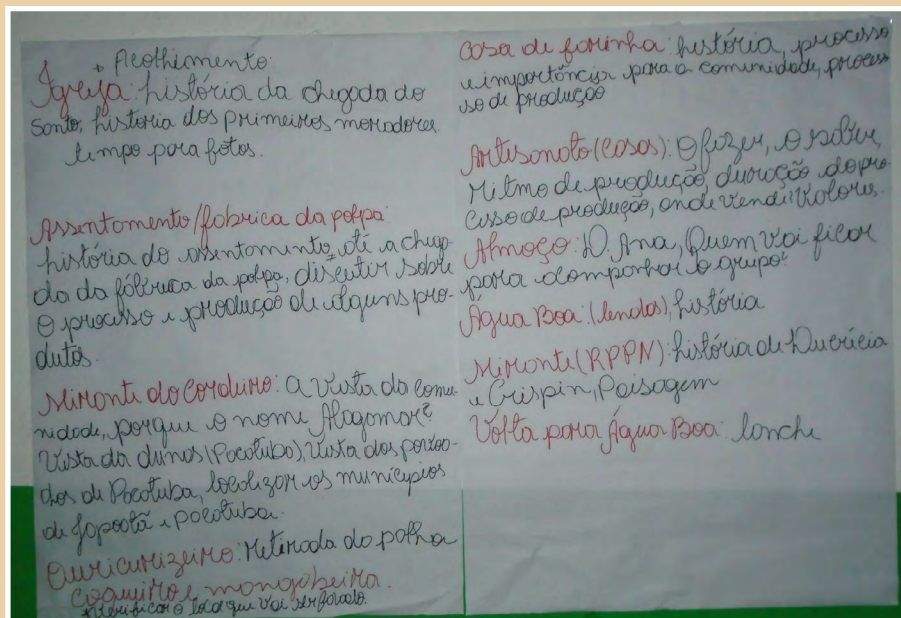
Figura 25 – Apresentação de proposta única de roteiro.



Fonte: Santos; Aquino; Braghini (2019).

A distribuição de tarefas foi transposta em cartazes, que ficaram à disposição deles (Figura 26).

Figura 26 – Registro da organização coletiva para a simulação do roteiro.



Fonte: Santos; Aquino; Braghini (2019).

A simulação do roteiro é apresentada neste Guia como outra estratégia participativa importante, no entanto, ela pode ser inserida como parte da construção colaborativa do roteiro.



SIMULAÇÃO DE ROTEIRO TURÍSTICO COLABORATIVO

O QUE É E PARA QUE SERVE?

A simulação de roteiro turístico é uma estratégia para que o grupo, formado por pessoas da comunidade, possa treinar pela primeira vez o roteiro organizado, isto é, aplicar o roteiro construído anteriormente de forma colaborativa, a fim de refletir, exercitar e reconhecer as possibilidades e limitações. É uma oportunidade aos envolvidos de testarem sua capacidade de organização, seus conhecimentos como condutores, os papéis de cada participante, as atividades que serão desenvolvidas, além dos serviços e produtos que poderão ser oferecidos aos visitantes. Do mesmo modo, tal processo permite avaliar o que é necessário para aperfeiçoar, ou seja, evidenciar os desafios que o grupo necessita enfrentar para viabilizar o roteiro turístico.

* Essa estratégia pode ser inserida como parte da construção colaborativa do roteiro. Neste Guia, optou-se por apresentá-la como uma estratégia à parte.

PONTOS DE ATENÇÃO AO PLANEJAR

Para efetivar a simulação, o grupo envolvido precisa realizar uma sequência de ações. De forma didática, essas podem ser compostas por três fases: **organização, simulação propriamente dita e avaliação do roteiro**. Esta última pode ser pensada e tratada de forma independente, mas, quando inserida no contexto da simulação, ela adquire mais sentido.

Fase de organização

- **Analisar o roteiro construído** anteriormente, no que se refere a: percurso, pontos de visitação, tempos gastos, deslocamentos, atividades, momentos de recreação, locais que envolvem alimentação e hospedagem, espaços de exposição e/ou de venda de produtos, divisão de responsabilidades.

- **Elaborar um convite aos visitantes que irão experimentar a simulação do roteiro**. É importante que esse material tenha uma identidade, temática, contenha as informações sobre a atividade da simulação e uma breve descrição do roteiro. Se na comunidade não tiver alguém com habilidade para essa criação, sugere-se uma parceria que possa contribuir com o processo. Convém que a arte do convite sirva tanto para produzir material impresso quanto digital, pois a segunda opção pode ser veiculada nas redes sociais.

- **Estabelecer os papéis e a responsabilidade da equipe organizadora** e das pessoas envolvidas nas atividades propostas e serviços a serem prestados durante o roteiro. Uma

possibilidade é partir de um quadro simples, de fácil entendimento para todos os envolvidos. Não há uma regra, mas a ideia é organizar o melhor possível. Veja um exemplo (Quadro 2).

Quadro 2 - Exemplo de como distribuir as tarefas

Atividade/tarefa	Quem	Quando
Realizar o percurso, marcando o tempo necessário para percorrer as distâncias que envolvem caminhada; o tempo utilizado nas atividades em cada ponto de visitação; o tempo necessário para descanso ou alimentação.		
Levantamento da quantidade ideal de alimentos e bebidas que devem ser ofertados, considerando a recepção de grupos com 6, 10 e 20 pessoas.		
Definição e organização de espaço para exposição e comercialização de produtos artesanais		
Diálogo e acerto com pessoas que participarão através de falas, histórias, “causos” na comunidade – história oral		
Organização de espaço para a realização de atividade interativa com o visitante e a descrição de como ocorrerá essa atividade (são usuais as oficinas com a temática de quebrar castanha, cortar mandioca, fazer bolinho, fazer artesanato, plantar, colher).		
Definir e organizar locais que poderão ser usados para higienização pessoal, como banheiro e espaço com pias para lavagem de mãos e higiene bucal.		
Levantamento dos custos envolvidos e as contribuições de cada participante e parceiro(s) na simulação do roteiro, caso não existam recursos específicos.		
Articulação com pessoas e/ou grupos culturais para eventual apresentação de dança, teatro ou música, por exemplo. Definição e organização de espaço para essas apresentações.		
Elaboração de convite aos visitantes que experimentarão a simulação, contendo descrição breve do roteiro.		
Elaboração de mapa ilustrativo do roteiro e a exposição desse mapa, que pode ser em uma placa de madeira, banner, entre outros.		
Articulação para garantir o transporte dos visitantes - ida e volta.		

Fonte: Autores, 2024.

- **Realizar treinamento prévio** – organização entre os participantes a partir da definição de seus papéis na preparação e durante o roteiro.

- **Lembrar aos condutores o seu papel** – os condutores devem estar preparados para, além de terem boa receptividade aos visitantes, saberem quando são os protagonistas da fala ou quando devem distribuir ou passar a fala em cada atrativo. A sugestão é que exista um ou dois condutores principais, que participem de todo percurso e sejam os referenciais para o grupo de visitantes. Cabe aos condutores controlar o tempo em cada trecho, garantir a coesão do grupo, assim como seu foco, atenção e segurança.

- **Definir como deve ser o serviço de alimentos e bebidas** – o local onde se fará a alimentação pode proporcionar momentos agradáveis aos visitantes. Neste sentido, é fundamental organizar espaços onde caibam todos sentados, oferecer uma arrumação simples e agradável, cuidar da limpeza e higiene de todo o ambiente, o que implica também disponibilizar banheiros limpos e água para higiene pessoal. Além desses cuidados, que dizem respeito ao lugar das refeições, a boa apresentação dos pratos será um diferencial para os visitantes.

Oportunidades surgem a partir da experiência com a culinária local. O momento das refeições, por exemplo, pode ser aquele em que se explica sobre a comida, pois muitas vezes tem uma história envolvida, tem uma forma de preparar, tem o lugar onde se aprendeu a fazer, com quem, e como se fazia antes. Além do mais, é possível gerar uma experiência

em que o visitante participe de uma coleta de frutas ou verduras e/ou ajude a preparar uma parte do que irão compartilhar e comer.

- Definir como deve ser o serviço de hospedagem – a hospedagem faz parte da experiência do visitante, portanto, trata-se da hospitalidade. Caso a estada seja na própria moradia de alguém, no estilo cama e café, isso vai requerer um quarto que ofereça certa privacidade ao hóspede, que esteja limpo e agradável. A experiência pode ser comparada a uma visita de amigos e parentes, em que os visitantes, se desejarem, interagem com os anfitriões da casa durante uma refeição. O que se espera, muitas vezes, é algo simples, compartilhando o que a própria família consome, valorizando produtos locais, aquilo que é feito na comunidade, como frutas, sucos, entre outros produtos. A interação, a conversa, é importante, pois permite uma troca na qual os visitantes também podem conhecer um pouco do cotidiano na comunidade, pela perspectiva dos anfitriões.

- Definir como deve ser a exposição e comercialização do artesanato – durante a visitação, é relevante que alguns produtos artesanais, se houver, estejam à disposição dos visitantes que desejam adquiri-los. Neste sentido, é indispensável organizar espaços em que tais produtos fiquem expostos, de forma a valorizá-los. Uma ideia é ter um local próprio, mas, se não for possível, os produtos podem estar em locais próximos de onde haverá almoço, lanche ou café coletivo.

Oportunidades surgem igualmente a partir da experiência com o artesanato. É enriquecedora a participação do visitante em uma oficina; ele mesmo produzir algo em conjunto com o artesão e levar consigo essa lembrança da visita turística.

COMO FAZER?

Fase da simulação propriamente dita

Recebimento do grupo visitante

É importante garantir que o(s) **condutor(es) locais recepcionem os visitantes** na chegada à localidade. Eles devem se apresentar, mostrar satisfação de recebê-los e fornecer as orientações básicas do roteiro que será desenvolvido, de forma oral, ou entregando material impresso. A apresentação de mapa ilustrativo do percurso ou da localidade é interessante também. É momento, ainda, de saber como foi o deslocamento até ali e se precisam acessar banheiro, tomar água; enfim, aspectos de boa hospitalidade, antes da caminhada.

Início do percurso

A condução pode ser feita por uma pessoa ou duas. Sugere-se em dupla, se possível, pois, além de um apoio, um pode aprender com o outro. Quando um condutor não está com a fala, é importante que ele se preocupe com a dispersão e atenção do grupo. Por exemplo, quando um faz uso da palavra, ou está à frente, o outro pode ficar mais atrás, garantindo uma interação, ajudando na circulação da informação.

Assim, **há que garantir a escuta de todos**, não apenas aos visitantes que estão à frente, junto ao condutor. É comum que pessoas interessadas e curiosas puxem conversa e perguntem algo diretamente ao condutor, sem compartilhar com o grupo. O condutor pode aproveitar essas situações de dúvida ou curiosidade para incluir os demais participantes no assunto.

Cabe aos condutores, do mesmo modo, **ajudar na organização, garantir uma boa visita**ção aos atrativos e oferecer uma experiência adequada nos ambientes considerados equipamentos no turismo, uma vez que incluem espaços de alimentos e bebidas e a hospedagem, se for o caso.

Ao longo do percurso, em certos pontos de visitaçã o ou em locais em que serão desenvolvidas atividades interativas, há pessoas, consideradas anfitriões, que farão uso da palavra com uma exposição, explicação, descrição e ou orientação aos visitantes, mas que não necessariamente sabem o que eles já desenvolveram ou irão desenvolver. Logo, é **tarefa dos condutores ajudarem na relação entre anfitriões e visitantes**, bem como acompanhar o tempo da visitaçã o e/ou atividade, evitando atrasos que comprometam o cumprimento do roteiro, no prazo combinado.

Atente-se à segurança das pessoas nas caminhadas em áreas naturais, por exemplo. É importante se ater ao fato de que o ritmo, quando há caminhada, é dado pelas pessoas mais lentas, as que têm dificuldade de se deslocar. Quando houver obstáculos no percurso, os quais exigem um preparo físico, tais condições devem ser ponderadas antes com os visitantes,

pois a segurança deles é sempre o princípio básico. Eles precisam saber antecipadamente se há atividades que são arriscadas, ou podem ser difíceis de desenvolver. E se desejarem participar, mesmo com restrições, é fundamental pensar em alternativas para essa situação. Por isso, é importante saber antecipadamente o perfil de visitante que se irá receber.

Fase da avaliação do roteiro

Toda simulação requer uma avaliação crítica e, aqui, a proposta é que ocorram dois momentos: **avaliação de sentimentos e sensações** e **avaliação técnica**.

O primeiro sugere-se que seja o de expressão de **sentimentos, sensações durante o roteiro, por parte dos organizadores**. Esta fase deve ser executada mais próxima do término do roteiro, ou seja, enquanto os sentimentos estão aflorados e tendem a arrefecer e serem esquecidos ou minimizados ao longo do tempo.

Algo que pode ajudar a organizar essa fase sobre as sensações e sentimentos é resgatar cronologicamente as partes ou atividades do roteiro, para que possam se expor neste sentido.

É um momento importante, que traz aspectos relativos às percepções, portanto, sem “censura cognitiva” e mais flexível. Registrar o que for dito nesse momento em cartazes ou folhas, é uma boa ideia.

Uma possibilidade, que demanda um tempo maior, é ter uma forma de registro pessoal antes de exposição coletiva, ou seja, reservar um momento para que cada indivíduo escreva sobre a sua percepção da atividade, para que não aconteça uma influência dos primeiros relatos e se obtenha respostas mais espontâneas. O uso de cartões, feitos em cartolina, pode permitir que cada um escreva sua(s) sensação(ões) em cada situação e, quando essa dinâmica for aberta ao coletivo, a pessoa poderá expor e compartilhar se desejar.

O segundo momento da avaliação é uma análise técnica sobre o desempenho de cada um no processo: como foi feita a condução, a atuação das pessoas que falaram, as atividades propostas, a alimentação e bebidas servidas, a higiene, a segurança, o conforto, enfim, todos os aspectos que se consideram relevantes.

Mesmo que no grupo de visitantes haja pessoas com conhecimento técnico em turismo que queiram dar sua contribuição, após as sensações e sentimentos, é necessária uma avaliação da equipe organizadora, pois esta é a responsável pelo desenvolvimento de todo o processo.

Uma importante contribuição é que os elementos avaliados podem ser discutidos do ponto de vista de **aspectos positivos** e de **aspectos que podem ser melhorados**, os **desafios** evidenciados. Isso pode gerar um planejamento para o aperfeiçoamento, definindo-se objetivos e metas. O grupo deve evitar supervalorizar os problemas, os supostos erros, a culpa de

alguém por alguma falha; em vez disso, deve mostrar a necessidade de melhorias e de apoio ou parceria. Dito de outra forma, é crucial validar o empenho de todos e comemorar o resultado.

OUTROS ENTENDIMENTOS E USOS

O termo simulação não é consolidado e pode ser entendido como uma experimentação, uma vivência prática ou um teste realizado pela comunidade ou pelo grupo organizador. Esta denominação deriva de aplicações em projetos de pesquisa aplicada e extensão, desenvolvidos pelo GPTEC-IFS.

APLICAÇÃO PELO IFS

São apresentados dois casos de aplicação da simulação de roteiro turístico no município de Pirambu, em Sergipe, no âmbito de duas pesquisas, pelo Grupo de Pesquisa Turismo, Educação e Cultura do Instituto Federal de Sergipe (GPTEC-IFS). O primeiro caso no povoado Alagamar e o segundo nas RPPNs Dona Benta e Seu Caboclo e Lagoa Encantada do Morro da Lucrécia.

- **Caso 1 - Simulação de Roteiro em Alagamar, Pirambu, Sergipe.**

A simulação foi desenvolvida no povoado Alagamar, com alguns moradores desse povoado. Essa atividade originou-se também do projeto de pesquisa aplicada **Entre Paisagens, Saberes e Fazeres em Pirambu, Sergipe: Construção Colaborativa para Roteiro Ecoturístico** (Santos; Aquino; Braghini, 2019; Jesus, 2020), do curso Superior de Tecnologia em Gestão de Turismo do Instituto Federal de Sergipe.

Igualmente, vinculou-se à pesquisa **Roteiro das Tartarugas: Natureza e saberes locais. Ecoturismo de base Comunitária no Litoral Norte de Sergipe** (Jesus, 2020), desenvolvida no Programa de Pós-Graduação em Mestrado Profissional de Turismo do IFS (PPMTUR-IFS).

A atividade foi realizada durante três horas em uma tarde, na qual também estiveram presentes alguns moradores do povoado Água Boa, incluídos no projeto.

Doze pessoas participaram da simulação, entre elas os integrantes do projeto e convidados. A recepção se deu na praça principal do povoado Alagamar e dois condutores se apresentaram e iniciaram o percurso pela Igreja do Santo Padroeiro, expondo sobre a história do lugar, seus primeiros moradores e as festividades religiosas. Posteriormente, o grupo dirigiu-se à fábrica da polpa, onde também funciona uma cozinha de bolos, localizada no Assentamento Agroextrativista São Sebastião. O deslocamento entre esses pontos de visita foi feito por um ônibus, e durou cerca de cinco minutos.

Na fábrica, houve uma roda de conversa com uma das responsáveis pelo lugar, que explicou sobre a história da fábrica, a capacitação dos interessados e a situação atual. Ela mostrou as instalações e as fases de processo para cada produto e foi servido um lanche com produtos gerados a partir da mangaba, anteriormente encomendado pela equipe do projeto (Figura 27).

Figura 27 – A: Roda de conversa com Dona Ninha (Fábrica da polpa);
B: Lanche na fábrica de polpa com produtos derivados da mangaba.



Fonte: Santos; Aquino; Braghini (2019).

Na sequência, após cinco minutos de deslocamento de ônibus, iniciou-se uma caminhada numa trilha não pavimentada em direção ao Mirante do Cordeiro (Figura 28), que é o ponto mais alto da região, onde é possível ter uma visão panorâmica da paisagem, incluindo o povoado, o assentamento, o rio chamado de “Zamarelo” e os povoados dos municípios vizinhos (Japaratuba, Japoatã e Pacatuba), que têm limites territoriais com Pirambu.

Figura 28 - Mirante do Cordeiro, no povoado Alagamar, em Pirambu (SE).



Fonte: Santos; Aquino; Braghini (2019).

Seguindo a trilha, foi possível observar coqueiros que são cultivados para venda, por meio de cooperativa, as mangabeiras e os ouricurizeiros (Figura 29).

Figura 29 – Ouricurizeiro no povoado Alagamar, em Pirambu (SE).



Fonte: Santos; Aquino; Braghini (2019).

Os ouricuzeiros são a matéria-prima da qual é retirada a palha para a produção do artesanato, principal fonte de renda de Alagamar. Na ocasião, simulou-se a retirada da palha e, ao longo do percurso, houve questionamentos e diálogos entre visitantes e condutores.

Ao se caminhar pelas ruas do povoado, observou-se a secagem das palhas expostas ao sol (Figura 30A) e, ao mesmo tempo, dialogou-se com moradores que teciam tranças, bolsas e itens de jogo americano (Figura 30B). Em seguida, o grupo visitou uma das casas onde os moradores organizaram uma exposição dos produtos prontos para a venda (Figura 30C).

Figura 30: Artesanato de palha, em Alagamar. A - Palhas de ouricuri secando; B - Moradora fazendo trança; C - Exposição de produtos derivados da palha.



Fonte: Santos; Aquino; Braghini (2019).

De volta à praça da igreja local, as três horas do roteiro foram encerradas.

A partir daí, foi feita uma roda de conversa (Figura 31) com uma breve avaliação do roteiro. Inicialmente, os moradores foram convidados a expor suas sensações e sentimentos. Eles citaram seus medos, inseguranças, comentaram sobre terem treinado anteriormente as falas e que, ainda assim, sentiram dificuldades na hora da explanação. Mas também falaram sobre a satisfação por terem executado e percebido que são capazes de realizar o roteiro cada vez melhor. Houve, ainda,

falas e contribuições técnicas na visão dos convidados visitantes, apontando os pontos de melhorias (na condução e nos pontos a serem visitados), além do reforço positivo aos aspectos acertados e valorizados da cultura e da paisagem.

Figura 31: Roda de conversa para avaliação do roteiro, em Alagamar, Pirambu (SE).



Fonte: Santos; Aquino; Braghini (2019).

A vivência da comunidade mostrou a importância do planejamento do roteiro, do cuidado na organização prévia, da preocupação com a valorização da paisagem, do saber e fazer local, da geração de situações que promovem interação, da oportunidade de testar a atuação dos condutores na execução de um roteiro, da identificação de fragilidades e dos pontos a aperfeiçoar.

O grupo organizador do projeto relatou alguns problemas identificados durante o roteiro e enfatizou a necessidade de tratá-los como desafios que precisam ser reconhecidos e enfrentados. No caso específico do roteiro simulado, houve atraso na chegada do grupo de visitantes, um fator adverso, externo, mas que exigiu dos condutores atitude para reprogramar os tempos do percurso, sem perder a qualidade da proposta.

Na visita à casa de farinha, por exemplo, explanou-se sobre seu funcionamento e sua história, mas apenas com olhar externo, pois, devido ao atraso dos visitantes e ao desencontro de horário que fora combinado com o responsável pelo lugar, perderam o horário de visitação. É importante identificar problemas e buscar soluções. A atividade não afetou o todo, mas, quando se promete algo ao visitante, é importante pensar em tais aspectos e em como gerenciá-los.

.....

Obs.

1: Este projeto de pesquisa aplicada obteve verba que permitiu viabilizar a contratação de transporte para a ida e volta dos participantes convidados, bem como para a encomenda de lanches.

2: Este projeto foi concebido como oportunidade de articulação, integrando estudante de mestrado e de graduação. Serviu como apoio ao trabalho de Mestrado Profissional em Turismo (PPMTUR-IFS), intitulado **Roteiro das Tartarugas: ecoturismo de base comunitária no Litoral Norte de Sergipe** (Jesus, 2020).

- **Caso 2 - Simulação da Trilha Interpretativa do Caboclo em Pirambu, Sergipe.**

Esta simulação foi desenvolvida nas RPPNs Dona Benta e Seu Caboclo e Lagoa Encantada do Morro da Lucrecia. Originou-se do projeto de pesquisa aplicada **Trilha Interpretativa como Ferramenta para o Ecoturismo na Reserva do Patrimônio Natural Dona Benta e Seu Caboclo, Pirambu, Sergipe** (Santos; Bispo; Braghini, 2016), do curso Superior de Tecnologia em Gestão de Turismo do Instituto Federal de Sergipe.

A simulação aconteceu em novembro de 2017, com a participação de 20 alunos de uma escola pública local e quatro acompanhantes responsáveis. A recepção se deu na sede das RPPNs, pelo seu gestor e pelos componentes do projeto de pesquisa do IFS. Houve uma explicação sobre o significado de Reserva Particular de Patrimônio Natural (RPPN) e unidade de conservação da natureza (UC) para melhor compreensão dos alunos e falou-se um pouco sobre a trilha do Caboclo, da qual eles iriam participar (Figura 32).

Figura 32 – Orientação inicial aos participantes na sede da RPPN Dona Benta e Seu Caboclo.



Fonte: Santos; Aquino; Braghini (2016).

O projeto selecionou pontos interpretativos na Trilha do Caboclo, descrevendo os aspectos relevantes que pudessem ser replicados por condutores locais ou moradores de comunidades vizinhas, aptos na condução de visitantes. Nesse contexto, foi definido o roteiro com os pontos interpretativos selecionados e o que se trabalharia em cada um desses pontos. A partir de então, desenvolveu-se uma simulação com alunos de uma escola pública local.

Antes do início da caminhada na trilha, foi feito um exercício de alongamento e preparação. Relatou-se o que seria visto e orientou-se quanto aos cuidados necessários, considerando caminhadas em dunas e matas.

Em cada subida no topo de uma duna, denominado de mirante, houve a possibilidade de se trabalhar a paisagem. No

Mirante para a Lagoa do Caboclo, por exemplo, mostrou-se a lagoa, a horta orgânica e as dunas no Morro da Lucrécia a distância (Figura 33A e 33B). Outra ação utilizada para a condução do grupo na RPPN foi contar uma parte da história de Lucrécia e Crispim, personagens presentes num cordel de autoria do gestor da própria RPPN que, por sua vez, é o condutor principal dessa trilha. Neste sentido, o condutor estabeleceu uma relação do local com uma história, gerando expectativa e curiosidade dos alunos.

Figura 33 – Trecho de dunas, na Trilha do Caboclo. A: Participantes no Mirante do Caboclo 180° observando a paisagem; B: Lagoa do Caboclo.



Fonte: Santos; Bispo; Braghini (2016).

No Mirante do Caboclo 180°, os estudantes foram estimulados a observar a paisagem. Depois, solicitou-se silêncio por 30 segundos para aguçar a audição e uma melhor interpretação do espaço. No Mirante do Caboclo 360°, após breve descanso enquanto visualizavam a paisagem, solicitou-se aos estudantes uma descrição da diversidade de elementos vistos, desde aspectos naturais até outros, como, por exemplo, povoações. Observou-se que os pontos interpretativos envolveram

aspectos sensoriais e cognitivos. Nesse percurso, a percepção dos participantes foi um dos aspectos relevantes, não se restringindo apenas às informações transmitidas pelos condutores.

Na continuidade da caminhada, o grupo percorreu área de matas, onde foram observadas algumas placas de madeira com os nomes dos trechos visitados. Valorizaram-se, nesses trechos, informações sobre a fauna e flora em área de mata de restinga, além das sensações provocadas.

Na Mata do Zequinha, contou-se a história do caçador que deu nome a esse trecho da trilha e gerou-se um suspense sobre o seu destino, esclarecido somente à frente. Ali, conversou-se sobre a fauna com apoio de caderno ilustrado, produzido pelo gestor da RPPN.

Na Mata dos Cheiros (Figura 34A), os sentidos do olfato e da visão foram relevantes para o grupo reconhecer e observar a diversidade da flora. Logo adiante, chegou-se a uma cabana, antiga casa da fazenda, onde houve uma discussão sobre as histórias de Seu Caboclo, pai do gestor da RPPN, valorizando a história do lugar. Nessa abordagem, percebeu-se uma mistura entre o real e o mítico, que fazem parte do lugar, com cultura e natureza integradas. Entre os exemplos, é interessante destacar o momento de observação da Árvore dos Espíritos (Figura 34B), uma planta em cujo caule há figuras que se parecem com rostos, que dizem ser espíritos de homens aprisionados por ter prejudicado a natureza; e o momento das cantigas, quando o condutor cantou e estimulou o

grupo a lembrar de lendas e personagens com histórias de criaturas protetoras da natureza, que costumam ser contadas de pais para filhos.

Figura 34 – Trecho de mata na Trilha do Caboclo. A: Entrada da Mata dos cheiros; B: Histórias sobre a árvore dos espíritos.



Fonte: Santos; Bispo; Braghini (2016).

A seguir, no Mirante dos Coqueiros, ocorreu mais uma atividade envolvendo a percepção e a conexão com a magnitude do lugar (Figura 35).

Figura 35 – Atividade no Mirante dos Coqueiros.



Fonte: Santos; Bispo; Braghini (2016).

Por fim, chegou-se à Árvore dos Pedidos (Figura 36), sobre a qual se explanou sobre a mística em torno da árvore, e alguns estudantes foram convidados a fazer um pedido, enquanto outros descansavam e tomavam um lanche, havendo um revezamento entre eles. Após, formou-se uma roda de conversa e cada participante foi convidado a citar uma palavra que descrevesse a experiência na trilha. Concluída a trilha, todos retornaram à sede da fazenda.

Figura 36 – Árvore dos pedidos e final da Trilha do Caboclo.



Fonte: Santos; Bispo; Braghini (2016).

Ao chegarem à fazenda, foi servido outro lanche, desta vez mais reforçado, preparado pela equipe do projeto. Logo após, formaram-se quatro grupos com os estudantes, e esses produziram um desenho utilizando lápis de cera e papéis, contendo elementos que lembravam e julgaram relevantes durante a trilha e, depois, os expuseram (Figura 37). Eles registraram informações sobre a trilha, as curiosidades e os saberes culturais. Interessante destacar que, além disso, manifestaram em seus desenhos a relação de empatia desenvolvida com os condutores da trilha.

Figura 37 – Atividade na sede sobre a experiência na Trilha do Caboclo.
A: Elaboração dos desenhos coletivos: B: Apresentação dos desenhos.



Fonte: Santos; Bispo; Braghini (2016).

.....

Obs.:

Foi estabelecida uma parceria com a prefeitura de Pirambu e a escola pública, que disponibilizaram o transporte. A equipe do IFS viabilizou o lanche aos participantes, com os recursos do projeto de pesquisa aplicada.



INTERCÂMBIOS DE TURISMO DE BASE COMUNITÁRIA DO IFS

O QUE É E PARA QUE SERVE?

O intercâmbio de Turismo de Base Comunitária (TBC) proposto pelo IFS é uma estratégia metodológica de abordagem participativa para **trocas de experiências entre comunidades (ou grupos de pessoas dessas comunidades) que desenvolvem ações de TBC**. Ele consiste na organização desses grupos para receberem um ao outro; ou seja, ora sendo anfitrião, ora sendo visitante, o que implica, quando na condição de anfitrião, ter de levantar, em sua localidade, os elementos que envolvem a atividade turística, tais como hospedagem, refeições, atrativos, transporte, e planejar como ofertar tudo isso para o outro grupo.

A construção dessa estratégia se dá pelos participantes, sob mediação de uma equipe que pode ser formada por lideranças das comunidades, por pesquisadores ou extensionistas vinculados a um projeto, ou uma equipe mista, que também auxilia na sistematização das informações e execução das etapas. Aqui, cita-se a experiência do intercâmbio de Turismo de Base Comunitária (TBC) através de projetos de extensão, em que a equipe do IFS planejou, organizou e mediu todo o processo.

A metodologia tem estrutura própria, dado que foi elaborada, inicialmente, para os projetos do IFS, a partir do entendimento de que, em Sergipe, existem alguns locais com ações realizadas e processos iniciados com o TBC, mas cujos grupos envolvidos não se conheciam, embora muitas vezes compartilhassem de realidades e desafios muito similares e não estivessem tão distantes entre si geograficamente. Os intercâmbios foram idealizados e planejados metodologicamente para **promover a interação e espaços de diálogos entre os participantes e fortalecer os processos de construção dessas comunidades com o TBC.**

PONTOS DE ATENÇÃO AO PLANEJAR

O planejamento do intercâmbio começa com a identificação de duas comunidades com grupos de residentes envolvidos em ações ou processos com o TBC em desenvolvimento. Nesse momento, o grau de maturidade com o turismo não é decisivo para a participação, e sim o interesse do grupo em participar. Nessa fase, é importante atentar para alguns aspectos relacionados a essas comunidades, como lideranças locais acessíveis e dispostas ao processo, distância entre as localidades e viabilidade do encontro presencial acontecer, o momento de cada grupo no período do intercâmbio, se estão atuantes, se a troca de experiência vai enriquecer ambos os grupos e outros pontos, no sentido de potencializar os resultados em torno dos objetivos dessa estratégia metodológica.

COMO FAZER?

As etapas do intercâmbio são a **Sensibilização, Etapas 1, 2 e 3**, detalhadas a seguir:

Etapas de Sensibilização

Acontece de forma padrão, conforme descrito no início desse Guia.

- **ETAPA 1**

É chamada de preparatória e divide-se em dois momentos, 1A e 1B, que ocorrem quase que simultaneamente (num pequeno intervalo de tempo entre eles), pois nada mais é do que um alinhamento e preparo para receber e visitar um grupo ao outro, respectivamente.

- **A Etapa 1A**

Ocorre, normalmente, em dois encontros entre os participantes do grupo anfitrião e a equipe do projeto, que vai até a comunidade a ser visitada, em data e horário pré-definidos, para auxiliar na organização dos elementos essenciais do turismo:

- **Atrativos** – quais serão apresentados, em que ordem, quanto tempo durará a visita a cada um, quem conduzirá ou apresentará cada um durante o percurso, o que de cada atrativo é importante destacar;
- **Refeições** – quais pratos serão servidos em cada refeição, quais pessoas irão prepará-las e servi-las, de onde vem os insumos, onde serão realizadas;

- **Hospedagens** – onde serão os pernoites, o que o grupo visitante vai ter disponível quando chegar e o que precisará trazer, como roupas de cama, toalhas etc.;
- **Transportes** – como um grupo chegará na outra localidade; se envolver travessias de barco, como estas serão viabilizadas. Nesse momento, também se distribuem funções entre os participantes do grupo anfitrião.

- **A Etapa 1B**

Ocorre, normalmente, em um encontro entre participantes do grupo visitante e a equipe do projeto, que vai até a comunidade desse grupo, em data e horário pré-definidos, para compartilhar informações levantadas e construídas na atividade anteriormente realizada com os anfitriões, a fim de que os visitantes possam se preparar para a viagem. Nessa ocasião, tiram-se dúvidas sobre as características da hospedagem, o que levar para usufruir do roteiro com mais conforto etc.

- **ETAPA 2**

É o encontro propriamente dito. Ele acontece duas vezes durante o projeto, dado que cada comunidade ora precisará ser anfitriã, ora visitante. Esse é o ponto alto do projeto, onde se colocará em prática o que foi planejado na etapa anterior e, também, será promovido um espaço de diálogo entre os grupos participantes, normalmente direcionado por questões previamente elaboradas, sobre aspectos de cada uma das iniciativas, tais como:

1. Qual a motivação da iniciativa e quando começou?
2. Quais as potencialidades?
3. Quais as dificuldades?
4. Quais as ações que já foram realizadas no âmbito do TBC?
5. Qual o sentimento ao receber o outro grupo?
6. Qual o sentimento ao visitar?
7. O que se espera para o futuro com o TBC?
8. Sugestão de uma comunidade para a outra?

- **ETAPA 3**

É denominada de etapa final e se divide em dois momentos, 3A e 3B.

- **A Etapa 3A**

Ocorre, normalmente, em um encontro envolvendo cada comunidade por vez com a equipe do projeto, onde se conversa sobre as percepções desse grupo com relação à participação no intercâmbio, a partir de um conjunto de perguntas previamente definidas, aplicadas a cada grupo, para posterior sistematização, como:

Aspectos sobre as comunidades:

1. Quais semelhanças vocês observaram entre as comunidades?
2. Quais diferenças vocês observaram entre as comunidades?
3. Quais atrativos ou potenciais atrativos turísticos podem ser destacados em sua comunidade?
4. Quais atrativos ou potenciais atrativos turísticos podem ser destacados na comunidade visitada?

Aspectos sobre o TBC:

5. O que a minha comunidade oferece para o Turismo de Base Comunitária que não foi visto na comunidade visitada?
6. O que a comunidade visitada oferece para o Turismo de Base Comunitária que não foi visto em minha comunidade?
7. Considerando as respostas das questões 5 e 6, o que desejariam incorporar para o Turismo de Base Comunitária na sua comunidade?

Aspectos sobre a participação no intercâmbio:

8. Quais as dificuldades enfrentadas na hospedagem, alimentação, condução durante o roteiro, recepção e transporte, considerando a comissão que você participou?

9. Quais as lições aprendidas ao visitar a outra comunidade?
10. Quais as lições aprendidas a partir do processo de organização para receber a outra comunidade?
11. Como você avalia o intercâmbio para o processo de desenvolvimento do Turismo de Base Comunitária em sua comunidade? Por quê?
12. Tem algo específico em sua Comunidade relacionado ao Turismo de Base Comunitária que vocês sentem a necessidade de mudar ou acrescentar, a partir da participação no intercâmbio?
13. Você tem alguma sugestão de melhoria para a forma que o intercâmbio foi conduzido pela equipe técnica?

- **A Etapa 3B**

Ocorre em gabinete, pela equipe do projeto, a partir da sistematização do conteúdo resultante e elaboração de uma síntese para ser entregue a cada grupo participante. O formato da síntese é flexível, mas ela deve conter, de forma simplificada, a descrição das etapas com ilustração de cada uma, em cada comunidade, os resultados obtidos no diálogo promovido na etapa 2 e também as informações coletadas na etapa 3A.

OUTROS ENTENDIMENTOS E USOS

Esse formato de intercâmbio proposto pelo IFS não é muito comum no turismo. Normalmente, os intercâmbios nessa área acontecem no âmbito do segmento do turismo de estudos e intercâmbio, pelo interesse de uma pessoa ou grupo de pessoas em trocar experiências com residentes de lugares com culturas e hábitos diferentes dos seus, para fins de lazer associado à aquisição de conhecimentos, como, por exemplo, o aperfeiçoamento profissional ou estudo de idiomas. Em geral, as pequenas comunidades que recebem visitantes e se propõem ao desenvolvimento do Turismo de Base Comunitária não são buscadas para os intercâmbios.

Nos estudos da equipe sobre o tema para elaboração e discussão das produções acadêmicas, percebeu-se que estes intercâmbios no âmbito do TBC, propostos pelo IFS, se assemelham, principalmente pelos objetivos pretendidos, àqueles realizados nas áreas de educação popular, saberes indígenas e agroecológicos de camponeses, que buscam aproximar grupos e/ou comunidades com atuações e interesses em comuns, visando o fortalecimento desses grupos e a ampliação dos saberes, de forma coletiva, participativa e horizontal, articulando saberes popular e científico (Mauri *et al.*, 2016; Filardo; Ferraz, 2018; Zanelli; Silva, 2017). Na agroecologia, por

exemplo, os intercâmbios fazem parte de um conjunto de metodologias sistematizadas a partir de experimentações envolvendo famílias e organizações camponesas, técnicos, pesquisadores e outros atores interessados no tema e da necessidade de se trabalhar com métodos participativos que levam em conta as necessidades, a cultura e os conhecimentos locais e favorece o protagonismo e compromisso do camponês e o fortalecimento das práticas agroecológicas (Sosa *et al.*, 2012).

APLICAÇÃO PELO IFS

São apresentados dois intercâmbios realizados a partir de projetos de extensão do Instituto Federal de Sergipe, vinculados ao Grupo de Pesquisa Turismo, Educação e Cultura (GPTEC-IFS) e ao Curso Superior de Tecnologia em Gestão de Turismo do IFS.

- **Caso 1 - Intercâmbio entre Ilha Mem de Sá e Ponta dos Mangues**

O **primeiro Intercâmbio** foi desenvolvido a partir do projeto de extensão **Comunidades Litorâneas que se Visitam e se Fortalecem para o (Eco)Turismo de Base Comunitária em Sergipe** (Braghini *et al.*, 2014).

Aconteceu entre os anos de 2013 e 2014, e os participantes foram grupos de residentes dos povoados da **Ilha Mem de Sá** (17 pessoas), em Itaporanga d'Ajuda, e **Ponta dos Mangues** (16 pessoas), no município de Pacatuba, três alunos do curso de Gestão de Turismo e o professor/coordenador do projeto. As duas localidades estavam desenvolvendo projetos com ações de TBC. A Ilha Mem de Sá, através de projetos de ensino, pesquisa e extensão do IFS, e Ponta dos Mangues, do Projeto Tainha de TBC.

A Figura 38 mostra o encontro entre os participantes da comunidade da Ilha Mem de Sá, primeira a desenvolver o papel de anfitriã, e a equipe do IFS. Nesse encontro, referente à

Etapa 1A, ocorreu a organização dos elementos essenciais do turismo e a divisão de tarefas para o recebimento dos visitantes.

Figura 38 – Primeiro intercâmbio. Etapa 1A na Ilha Mem de Sá, Itaporanga d'Ajuda, Sergipe, em 2013.

A: diálogo entre equipe do IFS e comunidade; B: registro de resultado do diálogo.



Fonte: Braghini et al. (2014).

As Figuras 39 e 40 exibem momentos da visita do grupo da comunidade de Ponta dos Mangues à Ilha Mem de Sá, o que corresponde a **ETAPA 2**, ou seja, à visita propriamente dita.

Figura 39 - Primeiro intercâmbio. ETAPA 2. Visita do grupo de Ponta dos Mangues na Ilha Mem de Sá, Itaporanga d'Ajuda, Sergipe, em 2013.

A: almoço; B: diálogo com marisqueira.



Fonte: Braghini et al. (2014).

Figura 40 - Primeiro intercâmbio. ETAPA 2. Diálogo entre os grupos, na Ilha Mem de Sá, Itaporanga d'Ajuda, Sergipe, em 2013.



Fonte: Braghini et al. (2014).

A Figura 41 mostra o encontro entre os participantes da comunidade de Ponta dos Mangues, a segunda a desenvolver o papel de anfitriã, e a equipe do IFS, na **Etapa 1A** do projeto.

Figura 41 - Primeiro intercâmbio. Etapa 1A em Ponta dos Mangues, Pacatuba, Sergipe, em 2013. A: diálogo; B: registro e resultado do diálogo.



Fonte: Braghini et al. (2014).

As Figuras 42 e 43 exibem momentos da visita do grupo da comunidade da Ilha Mem de Sá à Ponta dos Mangues, o que corresponde a **ETAPA 2**.

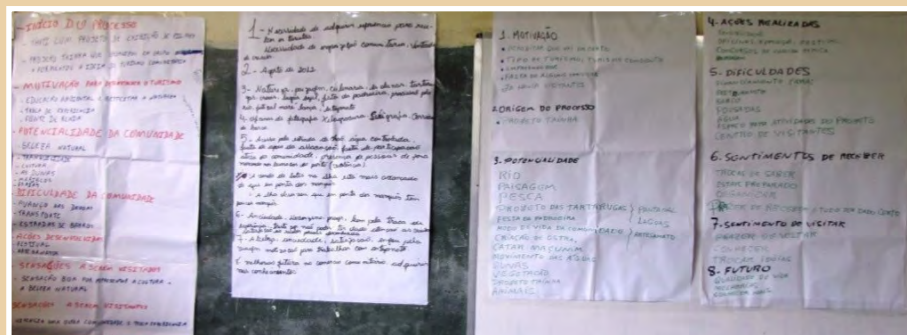
Figura 42. Primeiro intercâmbio. ETAPA 2. Visita da Ilha Mem de Sá em Ponta dos Mangues, Pacatuba, Sergipe, em 2013.

A: Recepção aos visitantes; B: Lanche preparado pela comunidade anfitriã.



Fonte: Braghini et al. (2014).

Figura 43. Primeiro intercâmbio. ETAPA 2. Registro da fala dos participantes, no momento do diálogo entre os grupos, em Ponta dos Mangues, Pacatuba, Sergipe, em 2013.



Fonte: Braghini et al. (2014).

- **Caso 2 - Intercâmbio entre Ilha Mem de Sá e Santa Cruz**

O **segundo Intercâmbio**, de título **Intercâmbio entre Comunidades de Sergipe para o Turismo de Base Comunitária: Tecendo Relações para uma Rede Colaborativa** (Braghini et al., 2019), aconteceu no ano de 2019. Seus participantes foram grupos de residentes dos povoados da **Ilha Mem de Sá** (14 pessoas), em Itaporanga d'Ajuda, e **Santa Cruz** (8 pessoas), no município de Brejo Grande, três alunos do curso de Gestão de Turismo, o professor/coordenador do projeto e uma pesquisadora colaboradora. Os dois povoados estavam desenvolvendo ações de TBC. A Ilha Mem de Sá, através de projeto de ensino, pesquisa e extensão do IFS, e o povoado Santa Cruz, com ações diversas decorrentes de diferentes apoios. As Figuras 44 a 47 apresentam a **ETAPA 2** em ambos os povoados, com registros dos momentos de visita.

Figura 44 - Segundo intercâmbio. ETAPA 2. Visita do grupo de Santa Cruz na Ilha Mem de Sá, Sergipe, em 2019.

A: recepção dos visitantes; B: circuito fluvial no entorno da Ilha.



Fonte: Braghini et al. (2019).

Figura 45 - Segundo intercâmbio. ETAPA 2. Diálogo entre os grupos, na Ilha Mem de Sá, Itaporanga d'Ajuda, Sergipe, em 2019.



Fonte: Braghini et al. (2019).

Figuras 46 - Segundo intercâmbio. ETAPA 2. Visita do grupo da Ilha Mem de Sá ao povoado Santa Cruz, Brejo Grande, Sergipe, em 2019.
A: caminhada no apicum; B: Jantar oferecido pelos anfitriões.



Fonte: Braghini et al. (2019).

Figura 47 - Segundo intercâmbio. ETAPA 2. Diálogo entre os grupos, em Santa Cruz, Brejo Grande, Sergipe, em 2019.



Fonte: Braghini et al. (2019).

Em ambos os intercâmbios, o desenvolvimento das etapas do projeto, principalmente a **ETAPA 2** (a visitação), representou, para cada grupo participante, uma oportunidade de planejar e executar um roteiro completo para receber o outro grupo.

Além disso, dado aos espaços de diálogos e as perguntas-chaves previamente definidas, que compõem a metodologia, cada grupo pôde revisitar seus processos e atividades já realizadas no âmbito do TBC, reconhecer seus potenciais e fragilidades, similaridades e diferenças e, também, o desenvolvimento de reflexões frente aos imprevistos de receber e conduzir um grupo de visitantes, simulando uma situação de prática turística.

Esse último ponto culminou em um reconhecimento importante por parte de ambos os grupos: a necessidade de uma maior participação e organização dos integrantes das Comunidades para se obter um bom desenvolvimento das ações relacionadas ao TBC.



REFERÊNCIAS

BEDIM, B. P.; DE PAULA, H. E. “Relatos visitados”: história oral e pesquisa em turismo e hospitalidade – considerações teórico metodológicas. **Caderno Virtual de Turismo**, V.7, n.1, p. 63-77, 2007. Disponível em: <https://www.ivt.coppe.ufrj.br/caderno/article/view/174/150>. Acesso em: 17 maio 2024.

BRAGHINI, C. R. **Sustentabilidade da atividade turística em Xingó SE/AL**. Dissertação (Universidade Federal de Sergipe). Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento e Meio Ambiente. São Cristóvão: Prodema-UFS, 2009.

BRAGHINI, C. R.; ARAUJO, D. L.; SANTOS, T. C.; OLIVEIRA, A. S. **Intercâmbio entre comunidades de Sergipe para o turismo de base comunitária**: tecendo relações para uma rede colaborativa. Extensão (Graduação Tecnológica em Gestão de Turismo) – Instituto Federal de Sergipe. Pró Reitoria em Pesquisa e Extensão. Relatório Final. Aracaju: IFS, 2019.

BRAGHINI, C. R.; PICANÇO, C. S.; VILAR, J. W. C.; VIEIRA, L. V. L. (org.). **Turismo de base comunitária**: reflexões e práticas na Ilha Mem de Sá – Sergipe. Aracaju: EDIFS, 2020. Disponível em: <https://www.ifs.edu.br/images/EDIFS/ebooks/2020/turismo-de-base-comunitaria.pdf>. Acesso em 17 maio 2024.

BRAGHINI, C. R.; PICANÇO, C.S. Construção de conhecimento para o turismo de base comunitária na Ilha Mem de Sá. In: BRAGHINI, C. R.; PICANÇO, C. S.; VILAR, J. W. C.; VIEIRA, L. V.

L. (org.). **Turismo de base comunitária**: reflexões e práticas na Ilha Mem de Sá – Sergipe. Aracaju: EDIFS, 2020. Disponível em: <https://www.ifs.edu.br/images/EDIFS/ebooks/2020/turismo-de-base-comunitaria.pdf>. Acesso em 17 maio 2024.

BRAGHINI, C. R.; SANTOS, T. C.; CRUZ, B. R. S da.; **Comunidades litorâneas que se visitam e se fortalecem para o (eco) turismo de base comunitária em Sergipe**. BRAZIL, J. L. S.. Extensão (Graduação Tecnológica em Gestão de Turismo) – Instituto Federal de Sergipe. Pró Reitoria em Pesquisa e Extensão. Relatório Final. Aracaju: IFS, 2014.

BRASIL. Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade. **Turismo de base comunitária em Unidades de Conservação Federais**: caderno de experiências. GUERRA, M.F. et al. (org.). Autores: Ana Gabriela da Cruz Fontoura et al. Ilustrações de Daniel Dias Moreira. Brasília: ICMBIO, 2019. Disponível em: file:///C:/Users/Laptop/Desktop/turismo_de_base_comunitaria_em_ucs.pdf. Acesso em: 17 maio 2024.

BRASIL. Ministério do Turismo. **Dinâmica e diversidade do turismo de base comunitária**: desafio para a formulação de política pública. Brasília: 2010b. Disponível em: https://www.each.usp.br/turismo/livros/dinamica_e_diversidade_do_turismo_de_base_comunitaria.pdf. Acesso em 19 maio 2024.

BRASIL. Ministério do Turismo. **Inventário da oferta turística**. LIMA, A. C. G.(coord.). Brasília: 2011a. Disponível em <https://www.gov.br/turismo/pt-br/centrais-de-conteudo-/publicacoes/inventario-da-oferta-turistica>. Acesso em: 17 maio 2024.

BRASIL. Ministério do Turismo. **Turismo de aventura: orientações básicas**. 2010b. 3 ed. Brasília: 2010. Disponível em: <https://www.gov.br/turismo/pt-br/centrais-de-conteudo-/publicacoes/segmentacao-do-turismo/turismo-de-aventura-orientacoes-basicas.pdf>. Acesso em: 17 maio 2024.

BRASIL. Ministério do Turismo. **Portaria MTUR Nº 100, de 16 de junho de 2011**. Brasília, 2011b. Disponível em: <https://www.gov.br/turismo/pt-br/centrais-de-conteudo-/publicacoes/portarias-arquivos/portaria-2011/PORTARIA-N-100c-DE-16-DE-JUNHO-DE-2011>. Acesso em: 25 maio 2024.

CURADO, F. F. **Gestão Participativa para o desenvolvimento da comunidade Mem de Sá, Itaporanga d'Ajuda** – SE. Macroprograma 6. Aracaju: Embrapa Tabuleiros Costeiros, 2009.

DUARTE, F. E. U. **Planejamento turístico: turismo de base comunitária como gestão turística para a comunidade São Francisco das Chagas em Vitória do Xingu/PA**. 2019. Dissertação (Mestrado Profissional em Turismo) – Instituto Federal de Sergipe, Aracaju, 2019. Disponível em: <https://www.ifs.edu.br/egressos-dissertacoes-mestrado-turismo.html>. Acesso em 17 maio 2024.

EMATER-RS. **Métodos e meios de comunicação em extensão rural** – Glossário. Coord. De apoio técnico: Marcos Newton Pereira. Versão preliminar. Porto Alegre: EMATER-RS: ASCAR, 2009. Disponível em: <https://www.bibliotecaagptea.org.br/administracao/extensao/livros/METODOS%20DE%20EXTENSAO%20RURAL%20EMATER.pdf>. Acesso em 17 maio 2024.

FARIA, A. A. C.; FERREIRA NETO, P. S. **Ferramentas do diálogo** – qualificando o uso das técnicas do DRP: diagnóstico rural participativo. Brasília: MMA; IEB, 2006.

FILARDO, N.; FERRAZ, R. Intercâmbio Myky-Negarotê: troca de saberes agroecológicos para BEM VIVER. In: VI Congresso Latino-americano de Agroecologia; X Congresso Brasileiro de Agroecologia; V Seminário de Agroecologia do Distrito Federal e Entorno. Cadernos de Agroecologia. v. 13 n. 1, 2018. **Anais** [...] Brasília, Distrito Federal: 2018. Disponível em: <https://cadernos.aba-agroecologia.org.br/cadernos/article/view/880/398>. Acesso em 18 maio 2024.

GONÇALVES, C. C.; BARROS NETO, J. J. da S.; AZEVEDO JR, J. B. de (org.). **Manual do pesquisador**: Comitê de Ética em Pesquisa do IFS. Sergipe, Aracaju: Instituto Federal de Sergipe, 2019. Disponível em: https://www.ifs.edu.br/images/CEP_-_Propex/Manuais/Manual_CEP.pdf. Acesso em: 17 maio 2024.

IRVING, M. de A. Reinventando a reflexão sobre turismo de base comunitária: inovar é possível? In: BARTHOLO, R.; SAN SOLO, D.G.; BURSZTYN, I.(org.). **Turismo de base comunitária**: diversidade de olhares e experiências brasileiras. Rio de Janeiro: Letra e Imagem, 2009, p. 108-121. Disponível em: file:///C:/Users/Laptop/Downloads/turismo_de_base_comunitaria_diversidade_de_olhares.pdf. Acesso em: 17 maio 2024.

JESUS, M. E. C. de. **Roteiro das Tartarugas**: ecoturismo de base comunitária no Litoral Norte de Sergipe. 2018. Dissertação

tação (Mestrado Profissional em Turismo) - Instituto Federal de Sergipe, Aracaju, 2020. Disponível em: <https://www.ifs.edu.br/egressos-dissertacoes-mestrado-turismo.html>. Acesso em 17 maio 2024.

MAURI, R.; ZANELLI, F. V.; CARDOSO, I. M.; AMORIM, G. D, de; CARLESSO, A. Intercâmbios agroecológicos: aprendizados coletivos e assistência técnica compartilhada. A experiência de Divino - Minas Gerais. **Cadernos de Agroecologia**, v. 12, n. 1, 2017.

PROJETO BAGAGEM. **Série TURISOL de Metodologias**: Parte 1 – Projeto Bagagem. 29 p. 2010. Disponível em: https://issuu.com/projetobagagem/docs/livreto-projeto_bagagem-08. Acesso em: 17 maio 2024.

REDE TUCUM. **Caderno de Normas da Rede Tucum** - Rede Cearense de Turismo Comunitário. Rosa Martins (org.). Fortaleza: Instituto Terramar, 2013.

RUAS, E. D. *et al.* **Metodologia participativa de extensão rural para o desenvolvimento sustentável-MEXPAR**. Belo Horizonte: 2006.

SANTOS, I. R. B.; BISPO, J. de C.; BRAGHINI, C. R. **Trilha Interpretativa como ferramenta para o ecoturismo na RPPN Dona Benta e Seu Caboclo, Pirambu, Sergipe**. 2016. Iniciação científica (Graduação Tecnológica em Gestão de Turismo) - Instituto Federal de Sergipe, Pró-Reitoria de Pesquisa e Extensão. Relatório Final. Sergipe, Aracaju: IFS, 2016.

SANTOS, M. I. R.; AQUINO, M. A. C.; BRAGHINI, C. R. **Entre paisagens, saberes e fazeres em Pirambu, Sergipe**: constru-

ção colaborativa para roteiro ecoturístico. Iniciação científica (Graduação Tecnológica em Gestão de Turismo) - Instituto Federal de Sergipe, Pró-Reitoria de Pesquisa e Extensão. Relatório Final. Aracaju: IFS, 2019.

SANTOS, T.C. **Caminhos para o turismo de base comunitária em Nossa Senhora das Dores, Sergipe**. Dissertação (Mestrado Profissional em Turismo) - Instituto Federal de Sergipe, Aracaju, 2023. Disponível em: <https://www.ifs.edu.br/egres-sos-dissertacoes-mestrado-turismo.html>. Acesso em: 17 maio 2024.

SOSA, B. M.; JAIME, A. M. R.; LOZANO, D. R. A.; ROSSET, P. M. **Revolução agroecológica: o movimento de camponês a camponês na ANAP em Cuba**. São Paulo: Outras Expressões, 2012.

SOUZA, C. S.; BRAGHINI, C. R.; ARAÚJO, L. F. Espaços de diálogo na comunidade para o Ecoturismo: a Ilha Mem de Sá, Itaporanga d'Ajuda (SE). **Revista Brasileira de Ecoturismo**, v. 3, p. 235-248, 2010. DOI: 10.34024/rbecotur.2010.v3.5883. Disponível em: <https://periodicos.unifesp.br/index.php/ecoturismo/article/view/5883>. Acesso em: 17 maio 2024.

VERDEJO, M. E. **Diagnóstico rural participativo: guia prático** DRP. Revisão e adequação de Décio Cotrim e Ladjane Ramos. 3 ed. Brasília: MDA / Secretaria da Agricultura Familiar, 2010. Disponível em: https://www.projetovidanocampo.com.br/livros/Diagnostico_rural_participativo.pdf. Acesso em: 18 maio 2024.

ZANELLI, F. V.; SILVA, L. H. de. Intercâmbios agroecológicos:

processos e práticas de construção da agroecologia e da Educação do Campo na zona da mata mineira. **Revista Perspectiva**, Florianópolis, v. 35, n. 2, p. 638-657, abr./jun. 2017. Disponível em: <https://www.locus.ufv.br/bitstream/123456789/18056/1/artigo.pdf>. Acesso em: 18 maio 2024.



SOBRE OS AUTORES



Claudio Roberto Braghini

Doutor em Geografia pelo PPGEIO da Universidade Federal de Sergipe (UFS); Mestre em Desenvolvimento e Meio Ambiente pelo PRODEMA - UFS; Especialista em Ecoturismo pelo SENAC/CEATEL; Licenciado e Bacharel em Ciências Biológicas pela Universidade de São Paulo (USP). Atualmente, é docente do Programa de Pós-Graduação de Mestrado Profissional em Turismo (PPMTUR) do Instituto Federal de Sergipe (IFS), atuando na linha de pesquisa de Gestão do Turismo de Base Comunitária. Professor EBTT lotado na Coordenadoria de Curso Superior de Gestão de Turismo (CGT) do IFS. Vice-líder do Grupo de Pesquisa Turismo, Educação e Cultura (GPTEC-IFS) e membro do Grupo de Pesquisa em Gestão de Ambientes Costeiros (GESTAC), ambos no Instituto Federal de Sergipe.

E-mail: braghini.claudio@ifs.edu.br



Tamires Costa Santos

Mestre em Turismo pelo Programa de Pós-Graduação em Turismo Profissional do Instituto Federal de Sergipe – IFS. Graduada em Gestão de Turismo, também pelo Instituto Federal de Sergipe. Técnica em Agropecuária, pela Escola Família Agrícola de Ladeirinhas “A”- EFAL (2015). Técnica em Guia de Turismo, pelo IFS, atuando recentemente em atividades de pesquisa e extensão nas temáticas de Turismo de Base Comunitária e meio ambiente.

E-mail: thamyres.ifs.23@gmail.com



Thatiana Carvalho Santos

Mestre em Biotecnologia e Recursos Naturais e Graduada em Ciências Biológicas Bacharelado pela Universidade Federal de Sergipe. É também graduada em Gestão de Turismo (2016) pelo Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Sergipe (IFS). Atualmente, coordena Projetos de Desenvolvimento Local em comunidades de Sergipe e é coordenadora/pesquisadora de Tecnologias Sociais no THP (The Human Project).

E-mail: thati.carvalho@gmail.com



Cristiane Santos Picanço

Mestre em Educação pelo Núcleo de Pós-Graduação em Educação (NPGED) da Universidade Federal de Sergipe (UFS), graduada em Ensino Superior de Formação Pedagógica pela Faculdade Pio Décimo (PIO DÉCIMO - SE), especialista em Gestão de Marketing e Vendas pela Universidade Tiradentes (UNIT - SE), graduada em Administração Hoteleira pelo Centro de Educação Tecnológica da Bahia (CENTEC). É professora do Ensino Básico, Técnico e Tecnológico (EBTT), lotada na Coordenadoria de Hospitalidade e Lazer (COHL) do Instituto Federal de Sergipe (IFS) e membro do Grupo de Pesquisa Turismo, Educação e Cultura (GPTEC - IFS) vinculado à Coordenadoria do Curso Superior de Tecnologia em Gestão de Turismo do IFS.

E-mail: cristiane.picanco@ifs.edu.br

Antes de falarmos sobre como se constitui este Guia, precisamos explicar a escolha da imagem de capa, uma Massaranduba, que vive na restinga da Reserva Particular de Patrimônio Natural Dona Benta e Seu Caboclo, em Pirambu, no litoral norte de Sergipe.

Segundo Manoel Elielson Cordeiro de Jesus, ela sempre foi local de pouso para criadores da região. Reconhecida como “Árvore dos Pedidos”, não por acaso ela ilustra esta obra, pois, além de ser uma referência importante para as pessoas de lá, uma árvore pode representar a integração entre o local e o mundo. Suas raízes se integram ao chão e seus ramos e folhas se conectam com o céu. Ela é testemunha de um processo histórico. Resiste e persiste, é notada e (re)significada ao longo do tempo.

E é sobre essa integração que trata este Guia, construído a partir das vivências entre pesquisadores do Turismo de Base Comunitária (TBC), pessoas das comunidades e voluntários.

Quando nos deparamos com iniciativas de TBC, muitas incertezas surgem; entre elas, como desenvolver ações e planejar o turismo junto com a comunidade, de forma participativa? Pessoas interessadas no tema buscam referências, exemplos de como fazer, que estratégias utilizar.

No Guia, o leitor encontra ferramentas utilizadas em projetos desenvolvidos pelo Grupo de Pesquisa Turismo, Educação e Cultura do Instituto Federal de Sergipe (GPTEC-IFS). Em cada estratégia escolhida, há um breve contexto; depois, são sugeridos caminhos para organizar e aplicar a ferramenta ou técnica; por fim, apresentam-se exemplos de aplicação pelo GPTEC-IFS.

Não se trata de modelos prontos, mas caminhos para inspirar e planejar novas ações, de forma ética e responsável, junto a comunidades que desejam desenvolver o TBC, sendo protagonistas das atividades, de forma colaborativa. Com seus saberes e fazeres, essas comunidades querem compartilhar seu caminhar e olhar, tecendo valores e sentidos, conectando pessoas.



INSTITUTO FEDERAL
Sergipe



DIPUB
Diretoria de Unidades
Informacionais e
Publicações



EDITORA
IFS